

ATA

N.º 05/2023

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
12 de dezembro de 2023**

Handwritten signatures in blue ink, consisting of several stylized initials and names.

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2023:**

---Aos doze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Celestino Cubelo Moraes,
António Laranjeira Ribeiro, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Manuel Francisco Vasco Gaifem, em substituição de Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Moraes Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 45 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima Souto Emílio,
Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.

---Verificou-se, a ausência da Senhora Vereadora Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve declaração, tendo o mesmo referido:

"Senhor Presidente da Assembleia,

Restante Mesa,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Eu pedi a palavra a título excecional, para vos comunicar uma situação dolorosa para todos nós, penso que quase todos conheceriam o Eng. João Leite, que foi Chefe da Divisão de Obras Municipais aqui da Câmara Municipal, desde 2007, durante 16 anos. O João estava cá desde 2000 e há cerca de uns anos a esta parte começou a ter problemas de saúde e foi-lhe diagnosticada uma esclerose múltipla. Foi galopante, um processo muito complicado, o João a dada altura quis fazer teletrabalho e quis sempre trabalhar. Claro que, a dada altura deixou de ser Chefe de Divisão, não podia acompanhar de perto os processos, mas quis sempre trabalhar e trabalhou até há bem pouco tempo atrás. E hoje à tarde recebemos a triste notícia de que o João tinha falecido. Foi colega de muita gente na Câmara, foi Chefe de Divisão, trabalhou de perto comigo e com os meus antecessores, e, portanto, ficamos bastante consternados com a situação. O funeral está agendado para amanhã, às 14h30, em Fraião, Braga, a partir das 10h da manhã já estará o corpo em câmara ardente.

Não foi possível fazermos um Voto de Pesar em tempo útil, dizendo tudo aquilo que nós sentimos e o apreço que tínhamos por ele, e continuaremos a ter, permito-me apenas dar-vos esta infeliz notícia.

Dar nota também que a Cristina Leites, que foi telefonista na Câmara durante muitos anos, era invisual, faleceu há poucos anos, tinha escrito um livro, e vejam como as coisas são, nós tínhamos agendado precisamente para amanhã, às 16h30, a apresentação do livro da Cristina Leites, e, de repente hoje, acabou por acontecer esta situação e tivemos de adiar para outra data, porque não será possível conciliar as duas situações.

Era esta a infeliz notícia que tinha para vos comunicar, apresentaremos de seguida na Câmara e posteriormente aqui na Assembleia Municipal, um Voto de Pesar, consentâneo com aquilo que era o valor do João Leite, para todos nós."

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia retomou a palavra, informando terem pedido justificação das suas ausências os Senhores Deputados Municipais, José Maria Losa Esteves,



do grupo político do PS, que iria ser substituído por António Laranjeira Ribeiro e Francisco Manuel Guimarães de Melo, do grupo político do CDS-PP, que iria ser substituído por Manuel Francisco Vasco Gaifém.

Pediu ainda permissão para proferir umas breves palavras, tendo referido:

"Bem-vindos, mais uma vez a uma sessão da Assembleia neste local, local por excelência, o Fórum Rodrigues Sampaio.

Todas as sessões da Assembleia Municipal são importantes, mas a de hoje é-o em particular.

Na verdade, a vida é feita de ciclos e temos hoje mais uma vez a apresentação e a discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, que na verdade é uma oportunidade de discussão, de debate e não apenas de embate, sobre este instrumento de trabalho e também sobre o estado do concelho."-----

Referiu ainda, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos corressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de duração máxima daquela assembleia, de duas horas e meia, três horas.

Mais informou, estarem abertas as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir no Período de Antes da Ordem do Dia, bem como, para os cidadãos presentes, que pretendesse intervir no Período destinado à intervenção do Público.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de setembro de 2023 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023.-----

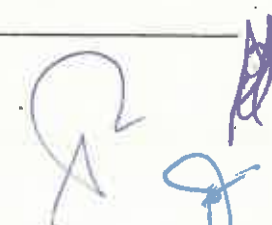
Não participaram na votação os deputados municipais Sandra Patrícia de Sá Gomes, Paulo Fernando Ferreira Teixeira, Mariana Gonçalves Viana e António Laranjeira Ribeiro, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 26 de setembro de 2023.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----



Interveio o Sr. Deputado Municipal, Otilio Hipólito, do Grupo Político do PPD-PSD, tendo referido:

*"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa e restantes membros,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores aqui presentes,
Caros membros da Assembleia Municipal,
Estimado público,*

O Grupo Político do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Esposende, vai apresentar duas moções.

1 – MOÇÃO "PELA GARANTIA DOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE À POPULAÇÃO".

"Compete ao Estado assegurar os serviços básicos de saúde às populações. Neste contexto é o Estado que está obrigado a garantir as necessárias infraestruturas, meios humanos e técnicos e demais recursos nesta matéria.

Nesta medida, as notícias que recentemente têm vindo a público relativas à recusa dos médicos em fazer mais horas extraordinárias do que as 150 que a lei lhes impõe, bem como a falta de resposta por parte do Ministério da Saúde, são, para nós, motivo de grande preocupação.

Como é de conhecimento geral, o concelho de Esposende, com aproximadamente 36 mil habitantes, não dispõe de um hospital público, sendo servido pelo Hospital Santa Maria Maior - Barcelos. Tendo como área de influência estes dois concelhos, serve uma população de cerca de 152 mil habitantes.

A acrescentar ao facto de não dispormos de um hospital público no concelho, das cinco Unidades de Saúde/Centros de Saúde que serviam a nossa população, apenas três destes equipamentos se encontram em funcionamento, em resultado de diretrizes governamentais.

Considerando a área de influência do Hospital Santa Maria Maior, e face à recusa dos oito médicos que asseguram urgência na Cirurgia e de 10 dos 12 médicos da urgência de Medicina Interna em fazer mais horas extraordinárias além das obrigatórias, estamos perante um quadro dramático que nos deve preocupar a todos, dado que esta situação coloca em risco a saúde e a própria vida das pessoas.

Não obstante compreendermos as razões que estão subjacentes à decisão dos médicos, não podemos aceitar a displicência da tutela face a tão grave problemática.

O que estamos a assistir no nosso território, é apenas uma das muitas situações que vemos ocorrer em todo o país, o que se traduz, desde logo, numa incompetência da tutela e deste Governo, de maioria absoluta, no que toca à total incapacidade negocial, tendo em vista a operacionalização da solução necessária para garantir aquele que é um dos principais designios do Estado, que é assegurar os serviços de saúde básicos às populações.

Face ao exposto, impõe-se ao Governo que se empenhe em resolver, a bem da saúde pública, este impasse e devolver às populações um direito constitucionalmente previsto.

A semelhança do que se tem verificado com a atuação do Município de Esposende, que já demonstrou estar, como sempre esteve, disposto a continuar a defender os interesses de todos os Esposendenses, nesta e em todas as matérias, com rigor, seriedade e responsabilidade, também o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal, tem por diversas ocasiões

manifestado a sua preocupação para com o estado no qual se encontra a saúde no nosso concelho, que são exemplo de moções que já foram apresentadas nesta Assembleia para a reabertura dos centros de saúde, mormente de Apúlia, bem como através do apoio dado ao município nas suas ações de reivindicação para que o concelho de Esposende não fique esquecido no que à saúde dos seus munícipes diz respeito.

Assim, face a esta problemática, propomos à Assembleia Municipal de Esposende, a aprovação da presente Moção e que dela dê conhecimento ao Governo e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República.”-----

2 - MOÇÃO “PELA EQUIDADE NO TRATAMENTO DOS CIDADÃOS, ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DA REDUÇÃO DO VALOR DAS PORTAGENS NA A28”.

“Na sequência do anúncio público, pela Ministra da Coesão Territorial, da redução de 30% do valor das portagens de algumas ex-SCUT, nomeadamente, A22 (Via do Infante/Algarve), a A23 (Beira Interior), a A24 (Interior Norte), a A25 (Beiras Litoral e Alta), ainda nas autoestradas que nunca foram SCUT, a A4 (Túnel do Marão), a A13 e A13-1 (Pinhal Interior), não se compreende a falta de equidade territorial, ao deixar de fora deste apoio, os utilizadores da A28.

A fragilidade da argumentação apresentada pelo Governo para a concessão deste apoio, apenas para as rodovias supra mencionadas, é por demais evidente, quando dele beneficiam os utilizadores da A22, que atravessa uma zona do território nacional, (Algarve), onde se verifica, a título de exemplo, um valor do PIB per capita superior ao que se verifica no Norte do País.

Tendo por base o princípio da equidade, não pode ser negligenciada a reduzida rede de transporte público existente nas regiões do Norte Litoral, em detrimento daquela que existe nas grandes áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, bem como o evidente desinvestimento na rede ferroviária nacional, o que obriga à utilização de viaturas particulares.

Mas se o objetivo da medida anunciada é, segundo o Governo, aumentar a “justiça territorial”, então não se compreende as razões que levaram à exclusão de uma via estruturante para o Norte Litoral, que privilegia a mobilidade entre 3 distritos, (Porto, Braga e Viana do Castelo) e entre Portugal e a Galiza.

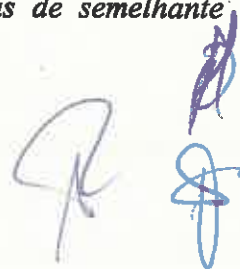
Uma exclusão que acarreta elevados prejuízos para os utilizadores desta infraestrutura rodoviária, particularmente, para os cidadãos Esposendenses.

Uma exclusão que discrimina os cidadãos do Norte Litoral, que a par com os demais cidadãos estão a ser fortemente penalizados pelo aumento dos custos dos combustíveis, pela ainda elevada taxa de inflação e pelo significativo aumento do valor das taxas de juros nos créditos à habitação.

A equidade e justiça territorial têm de privilegiar todos os cidadãos e todos os territórios, especialmente em momentos de forte contração da atividade económica e de forte aumento dos encargos mensais que as famílias e as empresas enfrentam diariamente.

Desde sempre que o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal se opôs à introdução de portagens nesta via estruturante para o Norte Litoral, na certeza do impacto negativo que teria sobre a sua comunidade, facto que infelizmente se veio a confirmar.

Pelo que a população de Esposende não pode agora ser novamente penalizada, com a exclusão das medidas de apoio à redução das portagens em outras vias de semelhante utilização.



Uma discriminação de que está a ser alvo com a entrada em vigor da medida anunciada. Assim, o grupo político do PSD de Esposende propõe à Assembleia Municipal de Esposende que delibere:

Recomendar ao Governo, que inclua nas vias portajadas, que vão ser alvo de redução de 30% do valor das portagens a ex-SCUT A28, assegurando a equidade de tratamento entre populações e territórios.

Propõe-se ainda que dela se dê conhecimento à Ministra da Coesão Territorial, à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e ao Ministro das Infraestruturas.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD-PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Muito boa noite.

Antes da minha intervenção, queria, face à notícia que o Senhor Presidente nos deu, lamentar o falecimento do engenheiro João Leite, que era um amigo de todos nós, e em nome do Grupo Político do PSD, deixar um abraço de conforto à família.

E agora passarei à minha intervenção política:

Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Público presente,

Antes de falar do tema que nos trouxe a esta Assembleia, começo esta minha intervenção por Antes de falar sobre o tema que nos trouxe hoje a esta Assembleia, começo a minha intervenção por falar sobre a crise política provocada pelo PS, que inevitavelmente irá ter impacto naquilo que será a implementação das políticas de desenvolvimento do nosso concelho e a implementação do orçamento para 2024 que hoje aqui iremos aprovar.

Senhor Presidente, no passado dia 7 de novembro fomos todos surpreendidos com o anúncio feito pelo Sr. Primeiro-Ministro, quando este anunciava a sua demissão, depois de conhecido mais um escândalo envolvendo membros do governo e o próprio António Costa.

Se por um lado fomos surpreendidos com a demissão do Primeiro-Ministro, e com o anúncio do Sr. Presidente da República com a convocação de eleições legislativas antecipadas, por outro lado, não nos surpreendeu o motivo que levou à queda deste governo de maioria absoluta do Partido Socialista. Tardou, mas não falhou. A pretexto de um paragrafo numa comunicação da procuradoria geral da república sobre a investigação do caso “influencer”, que segundo os socialistas, não deixou margem ao Dr. António Costa para se manter no cargo, a verdade é que aquele paragrafo nada mais foi do que o “levantar do véu” daquela que tem sido a linha de orientação, deste governo demissionário. Um governo doente, que se evidenciou, não pelo que bem que tinha obrigação de fazer ao povo português, mas pelos escândalos e “negócios mal explicados” que envolveram os seus membros, e que tanto mal fizeram ao país, afetando profundamente a sua imagem e a credibilidade de Portugal fora de portas. Numa maioria absoluta com ano e meio de existência, foram 13 as demissões de

governantes. Todas elas pelos piores motivos! E como não há 13 sem 14, desta vez, e depois de Pedro Nuno Santos, com o esbanjar de dinheiros públicos na TAP e a desautorização do Primeiro Ministro com a localização do novo aeroporto de Lisboa, depois de Marta Temido, com o caos em que deixou as urgências hospitalares e a Saúde em geral, e depois da saga de João Galamba, com as "negociatas" em que se envolveu e os casos de polícia no seu ministério, foi a vez de António Costa, que à boleia do seu Ex. melhor amigo e "abastado" chefe de gabinete, Vítor Escária, que acabou por ruir por completo com o absolutismo socialista, que orgulhosamente construiu em cima de uma derrota eleitoral em 2015, quando o partido socialista perdeu as eleições para o PSD, e à custa de uma vitória na secretaria, virou a lógica da democracia, passando a governar quem perdeu as eleições.

Falava, Sr. Presidente, de um governo doente. Uma doença grave que infelizmente tem vindo a afetar alguns governantes do partido socialista há largos anos. Já tinha acontecido com José Sócrates e os negócios mal explicados com o seu Ex. melhor amigo, que atiram Portugal para os braços da Troika. O país tem sido, assim, vítima dessa doença grave e desses Ex. melhores amigos dos Primeiros-Ministros Socialistas. Uma Doença cuja cura não passa pelo, também doente e negligenciado sistema nacional de saúde, mas sim pela justiça, que mesmo lenta e com uma longa lista de espera no que diz respeito ao tratamento deste tipo de doença, vais fazendo o seu caminho e que aos poucos, acredita-se, mas sobretudo, espera-se, irá evitar a propagação desse mal.

Mas, Sr. Presidente, uma vez consumada a marcação de eleições antecipadas, passou a valer tudo! Desde politizar a justiça até ao "sacudir da água do capote" com a tentativa de desresponsabilização do PS por tudo o que correu mal nos últimos 8 anos, nomeadamente na saúde, com os professores, na TAP, no combate à inflação e com o brutal aumento de impostos, e o empobrecimento generalizado do país face aos outros países da UE, assistimos nos últimos dias do mês de novembro, à custa do OE, a um "vale tudo" por parte do PS na tentativa de se manter vivo no poder. Pasmem-se, com a discussão do orçamento de estado para 2024, fizeram mais em 15 dias do que em 8 anos de governo. Reverteram medidas anunciadas que antes da queda do governo consideravam fundamentais para a estabilidade económica e financeira do país, mas que de repente, com vista às eleições de março, passaram a não fazerem sentido a pretexto de uma "maior justiça social e proteção dos cidadãos com maior vulnerabilidade económica", como aconteceu com a proposta do aumento do IUC que acabou por cair.

Tudo isto aconteceu a cobro de um orçamento que, antes da crise política, diziam inatacável e de contas certas, mas que na verdade, estava fortemente alicerçado num dissimulado aumento de impostos, que subia a carga fiscal de 36.4% do PIB, para mais de 38% em 2024. Tudo à custa da subida do IUC e dos já habituais impostos indiretos propostos pelo governo. Mas como disse, de repente, com eleições à vista, passamos a ter um orçamento onde, para o PS, tudo o que era fundamental para manter as contas certas passou a ser dispensável, e tudo que, segundo eles, antes estava bem, deixou de estar! Mas quando se trata de eleitoralismo, a culpa do que está mal nunca é da governação socialista. Para eles, a culpa continua a ser do Paços Coelho e da Direita, a culpa é dos médicos, dos professores, da subida dos juros, das guerras, da inflação, do alojamento local e dos portugueses que trabalharam uma vida para ter a sua casa para agora vê-la requisitada pelo estado. Vejam bem, agora, a culpa até passou a ser da Justiça e do Ex. melhor amigo do Primeiro-Ministro que escondeu mais de 75 mil euros no seu gabinete em São Bento!

Senhores deputados municipais, depois de não ter culpa de nada, o que importa agora ao PS, é fazer do orçamento de Estado o seu manifesto eleitoral e fazer com que o exonerado ministro

Pedro Nuno Santos, chegue ao poder. Mesmo depois de, literalmente, ter "enterrado" mais de 3.2mil M de euros dos portugueses na TAP, de ter normalizado a gestão do seu ministério pelo WhatsApp e de ter dito que afinal, se for eleito, irá governar com o orçamento aprovado a 29 de novembro último. Um orçamento que, enquanto comentador televisivo, PNS não concordava e criticou duramente, dizendo que faria diferente. Mas agora, na pele de candidato à liderança do PS, diz que afinal, se for eleito, o irá executar na plenitude!

Senhores deputados municipais, há coisas que nunca mudam! E a habilidade e o "chico-espartismo" do PS e de PNS, essa, está para durar. É mais do mesmo! Nos últimos 28 anos tivemos 20 anos de governação socialista e 3 Primeiros-Ministros que saíram todos do governo por demissão, atirando o país para o pântano, para a troika e agora para o empobrecimento generalizado.

*Senhor Presidente da mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Deputados municipais,
Senhores Presidentes de junta.*

Muito mais haveria para dizer e relembrar sobre os últimos 8 anos de governação socialista. Mas diz-nos o bom senso e o nosso sentido de responsabilidade, que o que importa agora, é voltar a dar credibilidade à política e ao seu exercício, e esperar que a partir do dia 10 de março, Portugal recupere a sua imagem e dignidade. Um contributo que estou certo o PSD irá dar ao país e aos portugueses sob a liderança do Dr. Luís Montenegro. Não fossem as propostas apresentadas pelo PSD ao longo dos últimos 2 anos que espicaçaram e provocaram reação no governo demitido, e estaríamos hoje, numa situação bem mais problemática daquela em que nos encontramos.

Mas falando agora de política local, importa virar o foco sobre o que nos trouxe aqui hoje: a aprovação do orçamento e os documentos previsionais da Câmara Municipal para o ano de 2024.

Pela leitura dos documentos que nos foram distribuídos, há a sinalizar e a reforçar a ambição clara deste executivo para o ano que aí vem. Novamente um orçamento record no que ao seu valor global diz respeito, podendo atingir os 55M de euros. Um orçamento que nos transmite a certeza de que o crescimento sustentado do concelho se manterá à semelhança do que tem acontecido ao longo dos últimos anos. Dizia na sessão da AM do último mês de setembro, que desde que o PSD assumiu os destinos da governação do nosso concelho, Esposende não só cresceu do ponto de vista das suas infraestruturas, como também se tornou num território muito procurado para se viver e trabalhar. Do crescimento da economia local à oferta social, educativa e cultural cada vez mais diversificada, o aumento demográfico verificado nos últimos censos de 2021, é revelador do forte investimento feito pelo executivo nas pessoas e na melhoria dos serviços que lhes são prestados. Uma melhoria dos serviços e um crescimento que só tem sido possível à custa da execução dos sucessivos orçamentos apresentados pelos executivos liderados por Benjamim Pereira, que assentes numa premissa de sustentabilidade financeira do município, tem permitido continuar a manter uma baixa carga fiscal, um IMI no mínimo legal e um plano plurianual de investimentos ambicioso que, pelo caráter estrutural que tem evidenciado, tem contribuído fortemente para mudar a face e a imagem do nosso concelho.

*Senhor Presidente da mesa,
Senhores. Deputados municipais,
Senhores Presidentes de junta.*

Para se lançarem obras estruturantes é necessário assegurar-se primeiro a sua cabimentação orçamental. O Parque da Cidade, o Parque Desportivo Municipal, o Polo da Universidade do Minho, a Rede de Miradouros, a segunda fase da Escola Secundária Henrique Medina, a ponte Pedonal sobre o Rio Cávado, o novo Centro de Saúde e tantos outros projetos e obras estruturantes, só serão possíveis com o rigor orçamental e a gestão financeira rigorosa e assertiva a que nos tem habituado o Sr. Presidente da Câmara. Tem sido assim com as obras do PARU, com mais de 6M de euros gastos na melhoria das infraestruturas e espaços públicos que têm mudado a imagem das freguesias abrangidas e o centro da cidade, como sucedeu recentemente com a conclusão da obra do Largo Rodrigues Sampaio. Mas também tem sido assim, com o plano de investimentos nas freguesias, que pela sua relevância, tem permitido satisfazer necessidades importantes e a concretização de obras há muito ambicionadas pela população das 15 freguesias do concelho. Tudo em nome do cumprimento com os compromissos assumidos com a população do concelho.

Em suma, este orçamento e estes documentos previsionais para o ano de 2024, refletem isso tudo. O que por parte do PSD, só poderão merecer a nossa aprovação. Pois, mais uma vez estamos perante um orçamento equilibrado, exequível e cujo montante estimado em 40M e 630 mil euros, ao qual se adicionam os cerca de 9M dos orçamentos das empresas municipais e os previsíveis 6M do saldo de gerência, poderá atingir os 55M de euros. O que representa um novo record no que ao investimento no concelho é proposto pelo executivo. Tudo sem mexer na carga fiscal do município, mantendo-se o IMI nos 0.30%, e garantindo uma almofada financeira assinalável, mantendo a capacidade de endividamento do município acima dos 20 M de euros. Está por isso de parabém o Sr. Presidente da Câmara e o executivo que lidera, pois, o concelho merece que assim seja. Um concelho de gente ambiciosa, mas acima de tudo responsável.

*Senhor Presidente da mesa,
Senhores deputados municipais,
Senhores Presidentes de Junta.*

Antes de terminar, não posso deixar de uma vez mais, fazer alusão ao estado no qual o governo socialista, através do SNS, deixou a saúde no concelho, e denunciar também a falta de vontade política do PS para resolver o problema da construção do novo Hospital de Barcelos e Esposende. Sobre o novo hospital, depois da tentativa frustrada do PS, de querer "enganar" as populações dos dois concelhos com o anúncio em 2021 de que a obra do Hospital já tinha iniciado e que já haveria 95 M euros para a sua construção, a verdade é que depois de ficar de fora do orçamento de estado para o ano de 2022, ficou de fora do OE de 2023 e voltou a ficar de fora no OE de 2024! Dizia o Sr. Primeiro-Ministro exonerado que dinheiro não era problema para os problemas da saúde! Mas a verdade é só uma: o PS não quer verdadeiramente contribuir para a construção do novo hospital, e temos em Esposende o melhor exemplo disso mesmo, com o voto contra do PS nesta Assembleia aquando da apresentação por parte do PSD de uma moção a apelar ao governo para a necessidade da construção do novo hospital.

Da mesma maneira, o PS também não quis, ou não soube, contribuir para a resolução dos problemas do SNS. Prova disso foi o anúncio da implementação “do plano de reorganização da rede de serviços de urgência do SNS”, onde pela mão do seu Diretor Executivo, o Dr. Fernando Araújo, o PS, em resultado disso, irá contribuir em larga escala para a manutenção da degradação com a prestação dos serviços de saúde que atualmente enfrentamos.

Uma situação com a qual o PSD de Esposende não pode ficar indiferente, partilhando assim, da preocupação do executivo, com o facto do governo querer “atirar” para as autarquias a responsabilidade de resolver problemas para os quais não tem meios e a que só ao SNS compete. Concretamente, com esta medida, está em causa o transporte de doentes urgentes que estão a ser empurrados para os serviços municipais de proteção civil.

É necessário que as pessoas percebam que esta medida visa apenas “sacudir a água do capote” por parte do governo, que procura atirar para as câmaras o ónus da resolução dos problemas reais e primários do SNS, mesmo sabendo que as câmaras não têm as competências necessárias para isso.

Dinheiro não falta, dizia António Costa! Mas a verdade é que já lá vão 8 anos sem nada fazer, e depois de responsabilizar os médicos com o caos que se instalou na saúde, vem agora, à porta de eleições Legislativas, atirar para as autarquias a contestação do povo e dos profissionais de saúde com as carências originadas pela inação e incompetência do governo que liderou.

O PSD de Esposende não só não se revê nesta forma leviana de fazer política, como repudia a tentativa do governo em desresponsabilizar-se do rude golpe que, por inação, infligiu ao SNS. Não bastava aos municípios “levar” com os encargos das transferências de competências, que sem critério vieram sobrecarregar as câmaras municipais, como agora, face à incompetência que este mesmo governo demonstrou na resolução dos problemas da saúde, procura nos municípios a salvação de proximidade na resolução dos problemas nessa área.

Por tudo isto, e à semelhança do que sucedeu com o novo hospital de Barcelos e Esposende, consideramos que andou bem a Câmara Municipal com a Moção intitulada “Contra a degradação da prestação de serviços de saúde”, apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara e aprovada em reunião do executivo. Uma Moção que subscrevemos na íntegra e à qual nos associamos, dela fazendo eco, na esperança de que a medida proposta pelo Sr. Diretor Executivo do SNS, seja reavaliada e não seja posta em prática.

Termino Sr. Presidente, deixando algumas questões para quem quiser responder.

Com 3.2 mil M de euros vindos dos bolsos dos contribuintes e esbanjados pelo Ex Ministro PSN com a nacionalização ruinosa da TAP, pergunto: quantos hospitais de Barcelos e Esposende poderíamos nós construir com esse dinheiro?

Quantos centros de Saúde de Apúlia poderíamos ter reabilitado?

Quantas escolas Henrique Medina poderiam ser reabilitadas?

Quantos parques da cidade, polos universitários, centros desportivos, vias de comunicação e quilómetros de saneamento básico poderiam ser apoiados financeiramente pelo Estado?

Quantas habitações poderia o estado financiar em vez de “expropriar” quem trabalhou para as ter?

Senhoras e senhores deputados, público presente, parece-me que a resposta a estas perguntas são mais do que óbvias e merecem a reflexão de todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do

PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Muito boa noite
Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Público presente,*

Bem, o PSD de Esposende já dá por garantido que o Pedro Nuno Santos vai ganhar no próximo sábado, só fala no Pedro Nuno Santos como se já houvesse a eleição feita e soubesse quem era.

Quanto à questão da TAP, eu nem vou estar aqui a perder tempo a responder a isso, porque as coisas são tão óbvias que nem vale a pena.

Há uma coisa que vale a pena, é que o PSD confunde deliberadamente as coisas para tentar enganar as pessoas. E não é por distração ou por ignorância, é por ação deliberada.

Quando diz que o melhor amigo do Primeiro-Ministro era o Chefe de Gabinete, está a fazer o dois em um, está a juntar duas pessoas numa só, quando estamos a falar de pessoas diferentes.

O PSD chegou aqui hoje, para atacar o Governo e para atacar o PS.

Então é assim, na lógica do PSD de Esposende, tudo o que há de mal no país deve-se ao PS.

Antes do 25 de abril estava tudo bem, porque não havia PS.

Depois, tudo o que há de bom no país deve-se ao PSD.

O PSD é o responsável por tudo, até chega ao cúmulo de dizer que tudo o que foi feito de bom nestes dois últimos anos, foi graças ao Montenegro.

Porque se não fosse o Montenegro apelar ao Costa e ao Governo do Costa, imaginem o que seria Portugal.

Até parece que o Costa estava mesmo à espera que o Montenegro dissesse para fazer alguma coisa no país.

Valha-nos Deus!

O que se passa e o que se passou na golpada feita em Portugal, que será discutido numa outra fase e que a história tratará, porque o que se passou foi uma golpada de índole quase terrorista, para derrubar um Governo de maioria absoluta, que tinha sido eleito pelo povo, mas isso a seu tempo se saberá, dessa golpada, e que ficamos todos a perder.

E o PSD não só não vai ganhar as eleições no dia 10 de março, como o PSD não pense que estes momentos vão ser bons para eles.

E não é o PSD de Esposende vir para aqui com uma argumentação, do género do CHEGA, para pior, parecia quase o CHEGA a falar aqui, não é com esse tipo de argumentos que Portugal lá vai.

E tiveram a lata de vir aqui dizer que o PS transformou uma derrota em 2015, numa vitória de secretaria. O que o PS fez, foi exatamente o que o PSD fez nos Açores, em que o PS ganhou as eleições e quem está no Governo é o PSD, pior, com o apoio de um partido racista, xenófobo, extremista, como o CHEGA.

E o PSD fez um acordo com eles, que correu mal, como correria mal se a direita tivesse maioria no próximo dia 10 de março, e viesse a acontecer um Governo de direita em Portugal. Portanto, relativamente às questões de política nacional, o PSD, não há sessão nenhuma que não venha aqui malhar no Governo.

É no Governo, é no Costa, é em toda a gente.

As culpas do mal, os males do mundo devem-se todos ao Costa e ao PS. Sempre, desde que está no Governo o PS, é sempre isto.

Moções, falou na Moção do Hospital de Barcelos, até falou no Hospital de Esposende, isso é que era bom que tivéssemos um Hospital de Esposende, mas não é, é do Hospital de Barcelos.

Não sei se o Sr. Deputado sabe, mas a Câmara de Barcelos, que se obrigou contratualmente a dar o terreno para a construção do hospital, ainda não o comprou.

Levou agora à Assembleia Municipal uma proposta no Orçamento, para comprar o terreno onde vai ser feito o hospital.

O tal hospital que vocês dizem que já devia estar feito, nem terreno tem, porque a Câmara de Barcelos ainda não o deu ao Estado para fazer o hospital.

Por isso é preciso seriedade e as pessoas virem aqui e saberem do que estão a falar.

Virem aqui e dizerem que não foi feito o Hospital de Barcelos, que já devia estar feito o Hospital de Barcelos, quando nem terreno tem.

E quem tem obrigação de o dar é a Câmara, foi esse o acordo que foi feito.

Quanto à questão do Orçamento da Câmara de Esposende e da carga fiscal, isso nós iremos falar cá, no momento próprio, ainda não é o momento, lá chegaremos.

Mas há uma coisa que eu queria dizer, vêm sempre dizer que a população do concelho de Esposende aumentou, aumentou a população do concelho de Esposende graças a três freguesias.

À União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, de Apúlia e Fão e Gemeses, que não é União de Freguesias é só uma freguesia, residualmente, muito pouco.

Todas as outras perderam população, todas! Sendo que Vila Chã e Belinho perderam mais de 10% de população.

Belinho e Mar não perderam mais de 10%, porque Mar não perdeu tanto, mas Belinho perdeu mais de 10% de população.

E isso é que devia ser o fator de preocupação da Câmara de Esposende, que está a agravar a desigualdade dentro do concelho, em que há três polos, ou dois polos, deixando aqui Gemeses, dado o carácter residual, que é Apúlia e Fão e, Esposende, Marinhãs e Gandra, que cresceram efetivamente, muito graças às pessoas vindas de fora, mas há uma perda imensa em 10 anos, perdeu 10% de população, é uma brutalidade.

Vila Chã até perdeu mais de 10% da população. E isso é gravíssimo e não há nenhuma política de ordenamento da Câmara, para isso.

Quando vem aqui dizer, se fosse o dinheiro da Tap, quantas redes de saneamento havia de fazer? Olhe, eu digo-vos uma coisa, e o dinheiro que andam para aí a gastar em obras supérfluas, quantas redes de saneamento haviam de fazer?

Não há nenhuma freguesia, eventualmente, exceto Esposende antiga, que tenha saneamento integral no concelho. Não há uma.

Até nas Marinhãs há zonas que não têm saneamento.

Em todas as outras freguesias há zonas sem saneamento, e há algumas freguesias que não têm saneamento absolutamente nenhum.

E esta Câmara, que já teve mais que meios para fazer saneamento, que é uma obrigação básica de qualquer autarquia, de qualquer país e qualquer concelho civilizado, não o fez, teve outro tipo de opções. Opções que sejam mais de aparato, que sejam mais para dar no olho e para fazer festórias e foguetes.

O saneamento está por fazer, assim como as casas, que eu não me canso de falar, as casas é uma obrigação municipal, a construção de habitação.



Este Presidente da Câmara, desde que está aqui, não construiu uma única casa. Uma! Vem dizer, a responsabilidade é do Estado. É do Estado, mas é também das autarquias. A Câmara de Esposende todos os anos enche os bolsos, graças aos valores das transações imobiliárias de IMT, e não retira nada, nenhuma percentagem do IMT recebido, para construir casas no concelho para quem delas precisa. E, portanto, o nosso tempo é pouco, infelizmente, mas a seu tempo voltaremos a outras questões que aqui foram faladas. Muito obrigado."-----

Pelas 21 horas e 20 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa, e
Elementos da mesma,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta, e demais autarcas,
Ex.mo Público,
Equipa de acompanhamento dos trabalhos,
Boa noite!*

Depois de verificar a documentação e os diferentes pontos da ordem de trabalhos destinados a esta Assembleia de hoje, fiquei sinceramente mais confiante, com a confissão do Presidente da Câmara.

Desde logo, a mensagem do Presidente parece-me de acordo com as minhas recomendadas cautelas para obras feitas e anunciadas, bem como ponderação nos investimentos anunciados para curto e médio prazo.

No parágrafo sexto da mensagem, diz o Sr. Presidente que "... aumentaram as despesas correntes, prejudicando o investimento previsto para as áreas diversas conforme fora assumido com a população no último sufrágio eleitoral".

Ora, qualquer um de nós poderá ter interpretações diferentes desta mensagem.

Eu, vou entender que o Executivo tem noção de que teve e terá, dois panoramas distintos na vida dos cidadãos:

Primeiro, o panorama político, com abundância de promessas de que tudo é bom e será ainda melhor, mas que nem sempre é assim.

Segundo, o panorama social, como há muito não se via, com tantas manifestações de protesto contra o poder governativo e reclamações junto do poder local.

Ex.mas Senhoras e Ex.mos Senhores,



Do país falando, estamos em final de ano politicamente atribulado, com desempenho governativo absurdo e, por consequência, com governação local preocupante em termos futuros.

Faço questão de aqui apelar ao Executivo e à consciência dos seus membros para que façam deste período de fim de ano, um período de reflexão para que atempadamente se verifique os excessos e seja reforçado o imprescindível para o bem comum.

Deixo aqui sinceros votos de Feliz Natal, Feliz Fim de Ano e de Próspero Ano de 2024, com muita saúde para todos, todos os presentes e ausentes.

Como diz o Papa: "Todos".

Muito boa noite."

Intervenção de seguida a Senhora Deputada Municipal Marta Viana, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

Boa noite.

Começamos por parabenizar o Executivo pelo término das obras do Largo Rodrigo Sampaio, que em muito enaltecem o nosso centro da cidade, mesmo tendo custado mais 500 mil euros do que o orçamento proposto inicialmente.

Passando aqui para um tema também um pouco infeliz, a derrocada de Palmeira de Faro, que assinalou o primeiro aniversário no passado dia 23 de novembro, foi a fatídica derrocada que vitimou dois jovens conterrâneos. Senhor Presidente da Câmara, decorrido este lapso temporal, gostaríamos de saber o ponto de situação do assunto, nomeadamente para quando o regresso das famílias às suas casas, qual o estado do inquérito do apuramento das causas da derrocada, e se já foi instaurada alguma ação judicial contra o município.

Passando agora à Gala do Desporto, saudámos o Executivo pela realização da mesma, evento que celebrou os nossos clubes e atletas.

O desporto é também, à sua medida, um importante embaixador do concelho e do seu nome.

A organização da gala fica, no entanto, marcada pelo desprezo que foram votadas as dezenas de atletas de patinagem do Hóquei Clube de Fão e respetivas famílias.

Resumidamente, durante duas semanas, os atletas viram-se impedidos de praticarem a sua modalidade de eleição, sem que a Câmara tivesse o cuidado de assegurar, nesse período, outras instalações para que pudessem prosseguir a atividade.

E na 25ª hora, surgiu como solução de recurso, um pavilhão em Barcelos.

Ou seja, o Executivo, em duas penadas chutou os atletas para fora do seu pavilhão, e a única solução dada era fora da nossa terra, implicando custos adicionais com combustíveis, para não falar em viagens durante a noite cerrada.

Assim não Senhor Presidente da Câmara,

Assim não Senhor Vereador do Desporto

*e assim não Senhor Presidente da Junta de Apúlia e Fão.
E terminamos aqui a nossa intervenção com algumas questões para o Senhor Presidente e o seu Executivo.*

Senhor Presidente,

Para quando o término das obras do pavilhão de Vila Chã, para finalmente podermos ter um pavilhão municipal digno, para uma cidade que se intitula Amiga do Desporto e no qual já foram alocados vários milhares de euros?

Ainda falando de desporto, pergunto ao Senhor Presidente, tendo tantos campeões a nível nacional e mundial da canoagem, como é que ainda não temos um centro de alto rendimento à semelhança de outros clubes vizinhos?

Também gostávamos de saber a sua opinião relativamente às crianças do Antas Futebol Clube, do Gandra Futebol Clube e do Desportivo Estrelas de Faro, terem de praticar desporto em pelados.

Senhor Presidente,

Relativamente à desagregação das Uniãos de Freguesias, gostaríamos de saber em que ponto se encontra a situação.

Relativamente à obra em Fonte Boa, do Caminho de Mateus, qual o custo total da obra e para quando a conclusão da primeira fase?

Senhor Presidente,

O estado da Nacional 103-1, troço da Senhora da Saúde até Vila Cova, está completamente degradado e sendo um dos pontos principais de entrada no centro da cidade, cremos que merecia uma atenção particular por parte do Executivo da Câmara Municipal. Gostaríamos de saber qual a sua opinião e se segue estas nossas indicações.

E, terminando, o Senhor Presidente, tem conhecimento da situação atual que se faz sentir em algumas partes do nosso concelho, de cidadãos estrangeiros trabalhadores que vivem em autocaravanas em terrenos particulares, sem o mínimo de condições de salubridade?

Obrigada."-----

Por último, o Sr. Deputado Municipal, António Morgado, do PPD-PSD apresentou um Voto de Congratulação, com o seguinte teor:

1 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO RODRIGUES SAMPAIO.

"No passado dia 19 de novembro, o Município de Esposende inaugurou as obras de requalificação do Largo Rodrigues Sampaio e zona envolvente, no centro da cidade de Esposende. Num espaço agora renovado, mais atrativo e funcional, a intervenção resultou num investimento de 1 milhão 613 mil euros, financiado a 80% pelo Norte 2020, através do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU).

Ao longo do tempo em que durou a sua execução, a obra foi sendo tema de conversa, quer nesta Assembleia, quer fora dela por parte de algumas pessoas que, concordando ou não com a sua utilidade, foram deixando críticas e apontando todo o tipo de soluções alternativas para a utilização dos dinheiros gastos com esta obra.

Por isso, antes de falar da obra propriamente dito, importa referir o seguinte:

Em primeiro lugar, dizer que independentemente de se gostar da solução arquitetónica ou não, a verdade é que há muito se justificava uma intervenção naquele espaço. Numa altura em que a mobilidade e as acessibilidades assumem primordial preponderância nos núcleos urbanos consolidados das cidades, e numa altura em que a revitalização dos centros históricos das cidades, mais do que nunca, está na agenda da política de regeneração urbana dos municípios com o intuito de recuperar e atrair maiores vivências aos espaços públicos, não aproveitar os fundos disponíveis para estas obras, além de afastar a dinamização do comércio local e as pessoas dos centros urbanos, seria uma irresponsabilidade e uma falta de oportunidade por parte de quem tem responsabilidades políticas, não dotar a cidade de espaços públicos mais atrativos, acolhedores e que garantem melhores condições de acessibilidades e circulação, sobretudo no que à mobilidade reduzida diz respeito.

Depois, com esta obra, falou-se muito da questão do estacionamento. E sobre isso, não nos surpreendeu o oportunismo político do PS que foi defendendo que se deveria construir um parque de estacionamento subterrâneo no Largo Rodrigues Sampaio. E não nos surpreendeu porque para o PS tudo serve para fazer política. Até defender uma ilegalidade, pois a execução de um parque de estacionamento subterrâneo numa zona de cheias centenárias, é totalmente proibida, não sendo possível a construção de caves e todo o tipo de edificação a uma cota inferior a 4.10 m acima da cota do nível do mar.

É certo que o centro da cidade já não tem capacidade para garantir todo o estacionamento necessário face ao elevado número de automóveis com o qual hoje em dia nos deparamos nos centros urbanos. Não será por certo um problema exclusivo de Esposende, muito menos do município! Mas é revelador de que as políticas levadas a cabo pelo município se têm traduzido num aumento da procura de Esposende para se viver e trabalhar, o que justifica, em parte, os problemas nesta área.

Se a cidade precisa de mais estacionamento? É um facto. Um problema cuja resolução passará pelo município, mas da qual a iniciativa privada não deverá virar as costas.

Em segundo lugar, no que ao custo da obra do Largo Rodrigues Sampaio diz respeito, e face às enormidades que, mais uma vez, o PS foi dizendo nas redes sociais para confundir e enganar as pessoas, importa esclarecer que a obra não custou 2M€, e que o seu financiamento não tem na sua génese investimento direto e exclusivo dos dinheiros do município. Como disse anteriormente, esta obra custou cerca 1.6M€ e foi financiada a 80% pelo Norte 2020. Ouvir ou ler comentários nas ruas ou nas redes sociais, dizendo que o largo estava bem como estava e que se poderia gastar o dinheiro em habitação ou outra coisa qualquer, não só revela desconhecimento total do funcionamento e da gestão de uma autarquia, como revela também a falta de cuidado e a falta de capacidade, demonstrada por algumas pessoas, em filtrar a desinformação que, movida por interesses ou vontades de protagonismo por parte de alguns partidos políticos, conduz a que frustrações relacionadas com políticas-partidárias se sobreponham ao desenvolvimento e à modernização do território.

Lamento por isso dizer àqueles que alinham no discurso populista do PS, que não é possível utilizar o financiamento do largo para financiar saneamento ou habitação. E os membros do

PS sabem disso, mas convém-lhes confundir as pessoas e assim difundir desinformação na tentativa de colher seguidores.

Em terceiro lugar, e olhando agora para a requalificação do Largo Rodrigues Sampaio, dizer que a obra está muito bem conseguida. Parabéns à Câmara Municipal. Resultou num espaço agradável, moderno e muito bem estruturado do ponto de vista da sua funcionalidade.

Olhando para o conjunto da intervenção, pois não podemos excluir a praça D. Frei Bartolomeu dos Mártires, também do ponto de vista do estacionamento se percebe a intensão de se privilegiar o largo, para que nele se "fixem" mais pessoas e menos carros, compensado a redução de estacionamento com a reorganização da praça D. F. B. dos Mártires.

Compete às pessoas "saberem utilizar" os espaços públicos consoante a função que cada um desses espaços apresenta. O comércio local precisa de pessoas a circular, não de carros a passar. Espanta-me, por isso, que se procure criticar uma obra que só beneficiou a economia local e valorizou a cidade, com o argumento de que foram retirados alguns lugares de estacionamento. A esses questiono: o que disseram quando a rua 1. de Dezembro passou a pedonal? Foi ou não uma decisão acertada para ajudar o comércio local e assim valorizá-lo?

Pois bem, face ao crescimento populacional e à vitalidade da crescente economia local (comércio e serviços), esta obra veio complementar a reorganização da circulação viária e pedonal do centro da cidade, melhorando-a e hierarquizando-a.

Já o disse antes. O problema do estacionamento tem que ser visto de forma mais ampla e não tão simplista. O centro da cidade não deve servir de "depósito" de carros para quem trabalha em Esposende entre as 8h da manhã e as 17h da tarde!

O estacionamento no centro da cidade deve servir para quem necessita de se deslocar à cidade, ir ao banco, à farmácia, fazer compras ou simplesmente usufruir dos estabelecimentos de restauração e bebidas, e assim poderem ter por um período de tempo, lugar para isso. É o que sucede nos concelhos vizinhos! A diferença é que lá o estacionamento é pago!

Para quem trabalha na cidade, devem, sim, ser criadas alternativas de estacionamento perto do centro. Mas isso leva-nos para outro debate mais amplo.

Entendo, por isso, não ser responsabilidade do município ter que adquirir terrenos no centro, ou perto do centro, para estacionar carros, como defendem algumas pessoas. O valor por metro quadrado na zona central da cidade é proibitivo para o município utilizar para esse tipo de infraestrutura. São terrenos em solo urbano com capacidade de edificabilidade com índices na ordem dos 130% da sua área. Por muito que se justifique estacionamento, seria uma irresponsabilidade usar os dinheiros públicos para esse tipo de infraestruturas no centro da cidade. Ao município compete arranjar soluções nos espaços públicos existentes, reorganizando-o e regulamentando o estacionamento possível e previsível, principalmente no âmbito da edificação de novos edifícios. E sim, também já o disse e reafirmo, a iniciativa privada pode ser uma solução para o problema do estacionamento. Quer aquando da edificação dos novos edifícios, quer na edificação de infraestruturas de estacionamento propriamente dito.

Se queremos dinamizar o centro da cidade e nele termos mais pessoas, é necessário que nos terrenos ainda disponível na zona central da cidade "floresça" habitação, uma necessidade bem mais premente do que o estacionamento. O estacionamento deve sim acompanhar o crescimento da habitação. E para isso, hoje em dia os instrumentos de gestão territorial e a regulamentação existente na área da edificabilidade, já garante a obrigatoriedade de se cumprir com o número de estacionamentos necessários para cada edifício novo.

E uma das razões para o centro da cidade estar hoje com este problema, é porque no passado mais longínquo, antes de existirem os instrumentos de gestão territorial de que hoje dispomos, as ruas não foram pensadas e dimensionadas para a densidade populacional que se verifica hoje, e consequentemente, não foram acautelados perfis de arruamentos que possibilitariam hoje minimizar esse problema.

O estacionamento com toda a certeza está a ser tratado e será sempre um problema. E sê-lo-á agora e nas próximas décadas, pois a evolução da cidade não para.

O que parece parar, de facto, é a capacidade de alguns (felizmente poucos), em perceberem isto e insistirem nisso! Contudo, quero acreditar que o que interessa mesmos a esses poucos "desentendidos", não será tanto perceberem a evolução e a transformação da cidade para nela agir com assertividade, mas antes fazer ruído na tentativa de diminuir os créditos firmados de quem tem responsabilidades autárquicas. Procuram, com este discurso redutor, ganhar a atenção do povo. Um discurso "populista", mas que felizmente, a cada obra que o município vai executando e inaugurando, se vai desvanecendo. Pois contra factos há cada vez menos argumentos.

Por último, felicitamos a Camara Municipal e o Sr. Presidente, Benjamim Pereira pela excelente obra que pôs à disposição dos esposendenses e pelo excelente aproveitamento que tem feito dos fundos Europeus disponíveis para a Regeneração Urbana. Com mais de 6M€ investidos nas diversas áreas de reabilitação urbana do concelho (em Apúlia, Fão, Esposende e Marinhãs), tem feito um trabalho notável.

Por tudo isto, o Grupo Político do Partido Social Democrata, congratula-se pela forma exemplar como Benjamim Pereira soube aproveitar esses fundos e assim contribuir para dotar a cidade de mais uma obra estruturante de excelência, num contexto de um desenvolvimento sustentado, abrangente e harmonioso do território concelhio e que vem reforçar e legitimar a excelência do Município de Esposende enquanto destino para viver e trabalhar.

Nestes termos, o Grupo Político do PSD de Esposende vem propor a aprovação do presente Voto de Congratulação, manifestando satisfação por mais uma obra relevante e estruturante que permitirá maior atratividade ao centro da cidade e à economia local, favorecendo e contribuindo fortemente para o apoio ao comércio tradicional, favorecendo ainda, uma mobilidade cada vez mais inclusiva no centro da cidade."-----

Terminado este período, pelas 21 horas e 35 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por cinco minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem o Voto e as Moções apresentadas.-----

Pelas 21 horas e 45 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação do Voto e das Moções apresentadas, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - MOÇÃO "PELA GARANTIA DOS SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE À POPULAÇÃO".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO



GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE GEMESSES, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DA MESMA, DAR CONHECIMENTO AO GOVERNO E A TODOS OS GRUPOS PARLAMENTARES DOS PARTIDOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra, porque tal como referimos ainda há pouco, o terreno do Hospital de Barcelos, ainda nem sequer foi adquirido pela autarquia para ser construído o hospital. Acresce de que, este tipo de Moção do Partido Social Democrata, ou do PSD, é absolutamente eleitoralista e vítima do momento. Porque, estando um Governo em gestão como está, tudo aquilo que é reclamado aqui do Governo, o Governo é incapaz de fazer, porque não tem capacidade para isso, é um Governo de gestão.

Se esta Moção fosse apresentada há meses atrás, até poderia ser que o PS tivesse outro tipo de abordagem. Mas, isto é uma Moção absolutamente eleitoralista, propagandística, porque tudo aquilo que é pedido que o Governo faça, o Governo nem que o quisesse fazer, era impossível de ser feito."-----

Pela Deputada Independente, Anabela Solinho, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Voto contra, uma vez que a Moção apresenta uma componente política muito forte, usando termos como displicência e incompetência da tutela, fugindo assim à verdade.

Além disso, é populista, porque mistura assuntos políticos com necessidades locais.

Claro que queremos todos que o Centro de Saúde de Apúlia e o Hospital Santa Maria Maior sejam conseguidos, obviamente."-----

2 - MOÇÃO "PELA EQUIDADE NO TRATAMENTO DOS CIDADÃOS, ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DA REDUÇÃO DO VALOR DAS PORTAGENS NA A28".-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, ASSIM, RECOMENDAR AO GOVERNO, QUE INCLUA NAS VIAS PORTAJADAS, QUE VÃO SER ALVO DE REDUÇÃO DE 30% DO VALOR DAS PORTAGENS A EX-SCUT A28, ASSEGURANDO A EQUIDADE DE TRATAMENTO ENTRE POPULAÇÕES E TERRITÓRIOS.-----

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO DA PRESENTE MOÇÃO À MINISTRA DA COESÃO TERRITORIAL, À MINISTRA DA PRESIDÊNCIA E DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AO MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra, porque como dissemos anteriormente, relativamente à anterior Moção, trata-se de uma Moção claramente eleitoralista, fruto do momento e impraticável, porque o Governo está em gestão como é sabido, desde a passada semana, e aquilo que é reclamado que o Governo faça, o Governo não tem capacidade legal para o fazer.

Isto é uma mera Moção retórica para consumo populista, eleitoralista, que é aquilo que o PSD neste momento está, já numa onda de campanha eleitoral para as próximas Legislativas, porque isto que é aqui reclamado, é impossível de ser feito pelo Governo que está em funções e, só a partir de um novo Governo, depois das eleições de 10 de março, é que o Governo que vier a tomar posse, poderá vir a fazer aquilo que o PSD reclama."-----

Pela Deputada Independente, Anabela Solinho, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Abstenho-me, na medida em que penso que não deverá haver gratuidade generalizada, caso contrário, teremos a Nacional 13 e o comércio local, desertos.

Gratuidade sim, mas para os moradores locais, entre outras sensibilidades que deverão ser estudadas relativamente à Nacional 13 e à A28."-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Obviamente votamos favoravelmente a nossa proposta.

Esta proposta tem a ver com o reforçar de uma Moção que foi apresentada na Câmara Municipal muito antes do Governo cair.

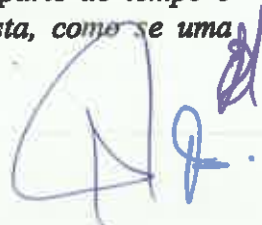
Portanto, se o Governo tiver mesmo vontade de fazer as coisas, tanto esta como a outra, a Moção foi apresentada atempadamente e portanto, poderá, fazê-lo."-----

3 - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO LARGO RODRIGUES SAMPAIO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 2 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E, ASSIM, MANIFESTAR SATISFAÇÃO POR MAIS UMA OBRA RELEVANTE E ESTRUTURANTE QUE PERMITIRÁ MAIOR ATRATIVIDADE AO CENTRO DA CIDADE E À ECONOMIA LOCAL, FAVORECENDO E CONTRIBUINDO FORTEMENTE PARA O APOIO AO COMÉRCIO TRADICIONAL, FAVORECENDO AINDA, UMA MOBILIDADE CADA VEZ MAIS INCLUSIVA NO CENTRO DA CIDADE.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos contra esta original Moção de Congratulação, em que grande parte do tempo é dedicado a dizer mal do Partido Socialista, a criticar o Partido Socialista, como se uma



Moção de Congratulação tivesse alguma coisa, contra.

Isto é uma contradição.

Como se uma Moção de Congratulação, fosse bipolar.

É a favor e congratula-se, mas ao mesmo tempo é contra.

É a favor de uns e é contra outros.

É a primeira vez que eu vejo uma Moção de Congratulação, em que se diz mal do PS.

Aliás, o PS nesta Moção, vê-se que há uma obsessão do PSD contra o PS e, diz-se aqui coisas que nem sequer são verdade, nesta Moção, como por exemplo, que é ilegal fazer um parque subterrâneo, aqui é ilegal, mas em Viana, que está encostada ao rio, é legal.

A lei em Esposende é diferente de Viana.

Portanto, existe nesta Moção de Congratulação, uma quantidade de inverdades, e estou a ser simpático no termo que estou a usar, nomeadamente os grandes benefícios para os comerciantes, esquecendo que fecharam as ruas durante mais de um ano aos comerciantes, que os comerciantes tiveram prejuízos enormes com esta obra, que era uma obra desnecessária e que se fosse feita devia ser feita noutros moldes.

E para além disso, há uma questão que eu gostava de referir, que é esta antipatia que o PSD tem, para com a oposição, dando a ideia de que gostavam era que não houvesse oposição, e não houvesse crítica.

Este concelho seria perfeito se tivesse 7 vereadores do PSD, 30 eleitos na Assembleia do PSD, as juntas todas do PSD e nota-se claramente a falta de cultura democrática deste PSD de Esposende, que é um PSD claramente autoritário, autocrático, que não convive com a crítica, que não convive com a oposição e que não convive com a democracia.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O CDS abstém-se nesta Moção, não porque esteja contra a obra em si, mas porque esta obra acentua a discriminação de territórios, nomeadamente em obras ao abrigo também do PARU e estou-me a referir, por exemplo, à Alameda do Bom Jesus, em Fão.

Naturalmente que toda a gente percebe que os materiais aplicados nesta obra, são materiais de qualidade, nomeadamente a nível do granito, os canteiros das árvores, e eu faço aqui um parêntese para dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que as árvores em Fão, também crescem. Portanto, também precisam, na Alameda do Bom Jesus, ter canteiros, porque há seis meses atrás, foi inaugurada aquela obra e o paralelo vai junto à árvore, não tem espaço para a árvore se desenvolver.

É bom que saiba que elas lá também crescem, porque estes canteiros aqui, como bem explicou no dia da inauguração, têm de ter aquela dimensão exatamente para a raiz desenvolver e não haver problemas.

Foi pena em Fão, além da qualidade dos materiais que aplicaram, que são grotescos, para não utilizar outros termos, e eu congratulo-me com esta obra, naturalmente que a nossa abstenção também vai contra estes discursos laudatórios que muitas vezes acontecem aqui, e que atacam uma ou outra força política, porque acho que todos nós devemos ser livres de ter a nossa opinião, de manifestar a nossa opinião, e devo dizer que os dois milhões de euros, a obra não custou, custou um milhão e seiscentos mil, mas também ela começou com um milhão. Aliás, o Senhor Presidente da CCDR Norte, em tom de brincadeira, o Senhor António Cunha, penso que é esse o nome, disse, enfim, com piada, que a obra passou de um milhão duzentos e cinquenta mil, rapidamente para um milhão e seiscentos mil.

As pessoas riram-se, foi um momento humorístico, mas a verdade é que este dinheiro, já vi que

80%, não é do município, mas é da Comunidade Europeia e todos nós fazemos parte da Comunidade Europeia. Portanto, quando se lida com dinheiros públicos é preciso ter cuidado. O nosso voto é de abstenção, mas não deixo de realçar, embora tudo é discutível, que o Largo Rodrigues Sampaio ficou efetivamente, uma obra que melhorou muito o centro da cidade. Obrigado."

Pela Deputada Independente, Anabela Sólino, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votei contra, porque se trata de uma Moção declaradamente política, e está a abrir um precedente. Se de cada vez que houver uma obra, tivermos um voto de congratulação, não me parece que seja razoável."

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Terminadas as votações do Voto e das Moções apresentadas, o Presidente da Assembleia questionou o Plenário se havia questões relacionadas com a Informação Escrita do Presidente da Câmara, tendo o Deputado Municipal Manuel Francisco Vasco Gaifém, do Grupo Político do CDS-PP colocado algumas questões, nos seguintes termos:

"Há aqui alguns pontos da informação escrita que eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse e um deles é mais para tirar uma pequena dúvida, que é o ponto número dois. O ponto número dois, que está lá e é percebível, que é uma poupança anual que ronda os quarenta e dois mil, euros, e eu percebi, a questão não é o que está lá escrito, mas eu li no boletim informativo, alusivo na página 13, uma informação que me baralhou, que tem a ver com o concurso público internacional "Execução do Parque da Cidade" e diz que a poupança anual ronda os quarenta e dois mil euros. Isto é uma gafe no jornal, seguramente, será, deve ser. Eu fiquei na dúvida se, eventualmente, aquela poupança se referia só ao concurso público, ou também tinha a ver com o Parque da Cidade.

Depois, em pontos, nomeadamente no ponto 17, uma das marcas é a aquisição de parcelas de terreno. Um terreno para melhorar o Cruzeiro dos Mouros, umas parcelas para instalar o Parque da Cidade e também foi adquirido um Moinho da Abelheira.

Eu lembro-me que, e a questão é esta, se efetivamente estas aquisições, se destinam ao fim a que se propõe, ou se vai haver reversão. Porque, como nós sabemos, recentemente houve a aquisição de um edifício, que depois ele foi revertido, foi público, deixou de ser público, agora já é público e, portanto, queria que o senhor assegurasse e esclarecesse se isto é efetivamente para aquilo que se propõe.

Nomeadamente, para o Parque da Cidade, que é o ponto 28, se efetivamente já adquiriu todas as parcelas para a instalação dessa obra, e que nos esclarecesse, porque eu tenho aqui uma dúvida, porque só aqui na frente urbana, que vai concluir em 18 meses, tem o valor de um milhão, oitocentos e treze mil euros.

E o valor da obra é de seis milhões, oitocentos e noventa mil euros.

Isto é tudo uma obra só, ou são duas obras?

Porque o senhor diz que o prazo de execução do Parque da Cidade é de 1 ano, e na frente urbana diz que o prazo de execução são 18 meses. Portanto, eu tenho aqui algumas dúvidas.

Depois, há também aqui o ponto 19, de instalação de carregadores para baterias de carros elétricos. Eu gostaria de lhe perguntar que tipo de energia estes carregadores vão ter?

Vão ser todos de carregamento rápido, lento, há pessoas que precisam carregar rapidamente o seu carro, mas se forem ao cinema, se forem ao supermercado, se forem a uma zona e tiverem uma hora ou duas horas, a minha dívida é se estes pontos vão ser efetivamente dos dois tipos de carregamento.

Também tinha uma questão que tem a ver com o património, porque o Senhor fala muito do Prémio Manuel Boaventura, e eu gostaria de saber se não equaciona a recuperação da Casa-Museu, porque foi adquirida pela Câmara por cento e cinquenta mil euros e é necessária a recuperação deste edifício e também gostaria se fosse possível, não o deixasse esquecer.

Eu sei que algumas coisas ficam na declaração escrita, mas apelando ao esclarecimento da Assembleia, eu gostaria que o Sr. Presidente tivesse a amabilidade, porque é sempre um gosto ouvi-lo, que esclarecesse a Assembleia.

Obrigado!"-----

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*"Muito boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Público presente,*

Algumas notas em relação ao que aqui foi dito, essencialmente na intervenção do Deputado Tito Evangelista, apenas aqui uma consideração, eu sei que ele não gosta muito que eu o faça, mas eu vou fazer de igual modo, que é o princípio de equidade de tratamento.

O dr. Tito queixa-se que nós dizemos muito mal, que a culpa de tudo o que aconteceu no país é do Partido Socialista, mas o dr. Tito faz exatamente a mesma coisa em relação à Câmara Municipal, e não se preocupa nada com isso.

Também nunca ouvi dizer uma coisa positiva em relação à Câmara nestes anos todos, portanto, como vê, a política é exatamente assim. Pese embora com a diferença que nós temos razão.

Bom, quanto à situação de Barcelos e do hospital, isso é um assunto muito sério que nos preocupa a todos.

É verdade que o terreno ainda não foi adquirido, mas também é verdade que a Câmara Municipal de Barcelos foi governada durante 12 anos pelo Partido Socialista, e o Município de Esposende nunca foi envolvido neste processo, durante esse tempo.

Nunca fomos chamados para uma reunião, simplesmente pelo facto de que não houve preocupação em resolver o problema do Hospital de Barcelos.

E a partir do momento em que o doutor Mário Constantino assumiu a Câmara Municipal e, mesmo o Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, contactaram a Assembleia Municipal de Esposende, contactaram a Câmara Municipal de Esposende e passámos a trabalhar em conjunto, nomeadamente, indo até ao próprio Parlamento, confrontando os Senhores Deputados, no sentido de perceber qual era a evolução deste processo.

E sabemos neste momento, felizmente então, já há evolução nessa aquisição do terreno. E claro, a verdade é que, nada estava resolvido, mesmo o próprio Plano de Pormenor que serve de base à instalação do hospital, nem sequer tinha tido andamento e não tinha aprovação da Comissão de Coordenação.

Portanto, a verdade é que o processo esteve esquecido, vamos dizer isto com as letras todas, durante estes anos todos, e agora repegou-se no projeto.

Não deixou de ser curioso, que aquando da campanha para as eleições legislativas, um dos putativos candidatos à liderança do Partido Socialista, veio anunciar noventa e cinco milhões de euros para o Hospital de Barcelos, que depois, em nenhum orçamento a seguir, foi enquadrada essa verba. Esta é que é a verdade dos factos.

Bem, eu também acho, que ele antes de dizer isso, devia-se inteirar se já havia as condições para colocar isso em orçamento.

Não precisava de correr o risco de estar a mentir, ou a faltar à verdade. Bastava dizer assim "quando vocês resolverem o problema do terreno, nós arranjamos o dinheiro."

Pronto, estaria tudo bem, e estaria toda a gente a falar à verdade.

Dizer que havia noventa e cinco milhões, e até há outro pormenor, é que o projeto existente do hospital, estava completamente desatualizado. O projeto era muito antigo, aliás, vocês sabem disso, participaram também em reuniões, foi necessário atualizar novamente todas as valências, todos os serviços que era necessário ter nesse hospital.

Portanto, a verdade é que o processo esteve parado durante muitos anos e, tenho que fazer aqui justiça ao meu colega de Barcelos, porque só agora é que esse processo está a ter andamento e, é muito importante para o Município de Esposende, porque, e só estou a falar disto, porque serve a população de Esposende, e nunca foi tão necessário como agora, que a saúde está de forma miserável. Admira-me como é que os portugueses ainda reagem a esta problemática toda, com tanta serenidade e com tanta calma.

Há um adormecimento que é completamente injustificado.

Não deixa de ser caricato que aqueles que mais defenderam o Sistema Nacional de Saúde, que mais diziam que era a Direita, o Centro de Direita, o Partido Social Democrata que iria destruir o Serviço Nacional de Saúde, agora acabaram de enterrar completamente o Serviço Nacional de Saúde, à conta de questões ideológicas e de andar a fugir, no fundo, a pôr a trabalhar, aqueles que podem trabalhar, que há claramente aqui a componente social das misericórdias, os hospitais privados etc.

Todos são necessários para cuidar dos portugueses, e por questões ideológicas, rebentaram completamente com o sistema e acabaram com a paciência essencialmente, dos médicos e dos enfermeiros em Portugal.

Uma nota apenas em relação ao saneamento básico, é uma atitude demagógica e populista, dizer que se pode colocar saneamento em todo o lado, a toda a hora, em todas as freguesias, em todos os locais, isso é completamente absurdo.

O Município de Esposende tem mais de 85% de cobertura de saneamento da população, tem 100% de cobertura de abastecimento de água, somos dos municípios com maior índice de cobertura destes serviços em termos nacionais e, foi feito em bom tempo, e honra seja feita àqueles que cá estiveram no passado, e que aproveitaram os fundos comunitários.

Acontece que agora não há dinheiro de fundos comunitários para isto, e tudo o que sai, tem que sair do bolso do município, do bolso dos munícipes de Esposende, porque não há apoio de fundos comunitários, para o nosso município.

Mesmo o que foi feito no mandato anterior, o pouco que havia do Portugal 2020, já era só

para determinado tipo de municípios, com determinado tipo de carências.

Tudo aquilo que nós viemos a fazer em saneamento, tem que ter uma lógica económico-financeira, só se pode fazer em locais onde seja rentável, de acordo com aquilo que são as limitações e orientações da entidade reguladora, da ERSAR.

E depois já aqui um pormenor, nós temos estudos praticamente para todo o território.

E, com dados de 2004-2005, eram precisos trinta e seis milhões de euros, para colocar saneamento em todas as casas em Esposende.

Agora façam a atualização dos valores, dos preços de acordo com a realidade de hoje e vejam se é razoável, falarmos em colocar saneamento em todo lado.

Portanto, eu vou dizer com as letras todas, não tem, nem nunca vai ter, não vale a pena.

Seja agora ou daqui a 10, 20, 30, 40 anos, não terá saneamento em todas as casas em Esposende, porque isso não é realizável. Não é realizável colocar, uma casa que está a 400 ou 500 metros de uma zona de saneamento, fazer uma linha de saneamento.

Isso não faz qualquer sentido.

Jamais, custaria quarenta, cinquenta mil euros levar saneamento a uma casa, que nunca na vida pagaria esse esforço, não faz qualquer sentido.

Nós temos outras abordagens, nomeadamente do saneamento móvel, temos um projeto integrado, que não implica fazer o saneamento gravítico.

As zonas que ficaram para o fim, porque é que ficaram para o fim?

Porque necessitavam de elevatórias, de sistemas elevatórios. São zonas que não correm por gravidade e esses sistemas elevatórios, são operados pelas águas do Norte e custam fortunas.

Só para terem uma nota, o maior cliente da E-Redes, é a Águas de Portugal.

E pensem porquê?

Precisamente por causa disso.

Das bombagens de água para os reservatórios e da bombagem dos efluentes também, das zonas mais baixas, para as zonas mais altas, para funcionarem por gravidade.

Estamos a falar de verdadeiras fortunas.

Portanto, o país não se pode dar a esse luxo.

Nós temos que andar de forma razoável, tranquila, não deixar que aconteçam problemas ambientais graves, como é evidente, há soluções de fossas estanques, há sistemas de recolha que a própria Esposende Ambiente pode fazer, e as Juntas de Freguesia podem fazer em parceria connosco, e assim é que se chegará a essa situação.

Nós estamos a trabalhar com as juntas de freguesia, tivemos já reuniões de concertação e faremos os investimentos de acordo com a capacidade de endividamento da Esposende Ambiente.

Porque é com o nosso dinheiro, que temos que nos haver agora.

Não vai haver dinheiro de fundos comunitários para saneamento e para abastecimento de água, quando muito, para a renovação das redes existentes, o que também é muito importante, face às perdas de água e aos problemas ambientais que resultam da componente do saneamento.

Portanto, é um esclarecimento que fica aqui, não é nenhuma crítica, eu aceito tudo, tenho boa capacidade para aceitar as críticas que me fazem, mas também tenho obrigação de dizer a verdade às pessoas.

Quanto à questão da habitação, se há um processo em que ao Partido Socialista não convém sequer falar, é o da habitação. Porque, nestes 21 anos que estive no Governo nos últimos 28, não fez absolutamente nada, zero.

E ainda mais, vangloriou-se com o crescimento do turismo, através do alojamento local, e permitiu que se fizesse a reabilitação de casas com esse destino, nas grandes zonas urbanas, porque o problema não está claramente nas zonas mais rurais do país, está nos grandes centros urbanos, em Lisboa, Porto, etc. E agora chegaram a uma encruzilhada, portanto agora a culpa, é dos municípios. Isto é muito fácil, cria-se uma estratégia local de habitação para cada município, enfia-se para lá dinheiro do PRR até dizer chega, e agora resolvam o problema da habitação. Quando as pessoas estão numa situação dramática, porque as famílias não conseguem comprar casa, os jovens não conseguem comprar casa, andaram a "dormir na forma" como se costuma dizer, durante os últimos anos, e agora que está a "casa a arder", literalmente, é que têm que ser os municípios a dar resposta, e como não conseguem dar resposta imediata, a culpa é dos municípios.

Não, a culpa é de quem governou o país durante os últimos anos, que não antecipou este problema e não o resolveu.

Nós estamos aqui agora para colaborar, com muita dificuldade, como é evidente, porque nós temos uma carga burocrática muito forte, administrativamente é muito difícil resolver estes problemas, temos a aquisição dos terrenos, fazer projetos, e nós estamos a trabalhar, e não é verdade que não tenhamos feito nada na habitação. Felizmente, um meu antecessor chamado Alberto Figueiredo, criou uma ONG, que não deixa de ser uma ONG, que é a Esposende Solidário, que tem feito dezenas e dezenas de intervenções nas casas das pessoas ao longo de todo o concelho, de uma forma até muito mais criativa do que é feito agora. Que é exatamente nas casas das pessoas, aquelas que têm mais dificuldades, que não têm uma casa de banho decente, que não têm uma cozinha decente, e muito focado no aspeto solidário, com o apoio das empresas, etc.

Portanto, têm sido intervencionadas dezenas de casas no concelho ao longo dos últimos anos, não temos uma única pessoa na rua, e isso há de querer dizer alguma coisa.

Não temos um problema de habitação grave no nosso concelho, não vamos dramatizar as coisas, mas vamos aproveitar todas as oportunidades que tivermos para construir habitação, e para tentar disponibilizar, através do arrendamento ou da aquisição mais em conta, aos casais jovens e aqueles que têm mais dificuldades. Vamos aproveitar aquilo que existe, mas não vamos colocar as coisas desse ponto de vista.

O Sr. Deputado Marcelino, falou muito das despesas correntes e do aumento das despesas correntes no Orçamento.

É um facto, Sr. Deputado, mas não se deve a excessos nossos.

Nós temos controlado essa componente da despesa corrente.

O que tem de pensar é o seguinte, só em termos salariais, o peso do salário, neste momento, é de 27% no Orçamento. Nós recebemos quase 200 trabalhadores das escolas, mais os dos centros de saúde, etc. E isso conta no âmbito da despesa corrente.

E posso lhe dizer, os trabalhadores que nós recebemos, nem sequer tinham medicina no trabalho, tal qual os trabalhadores da Câmara têm.

Nós temos tido imensas despesas, mesmo os próprios equipamentos de proteção individual, etc. Tem sido feito um grande esforço e temos que pagar a energia, temos que pagar a água, etc. desses mesmos espaços, há aqui um aumento das despesas correntes que decorre essencialmente disso e das atualizações salariais.

Quando se atualiza o ordenado mínimo, o salário mínimo aumenta o valor dos salários a pagar, proporcionalmente. O Governo tem previsto um conjunto de aumentos para o próximo ano, que têm que estar refletidos aí e, portanto, teremos que pagar, e os trabalhadores

merecem, mas depois não nos podemos queixar que no orçamento aumenta a componente salarial, é óbvio que aumenta.

A Senhora Deputada Marta Viana, colocou aqui várias questões.

Em relação às obras do Largo Rodrigues Sampaio, em primeiro lugar, vamos dizer isto de uma vez por todas, a não ser que eu tenha que trazer aqui um parecer, para comprovar que é verdade aquilo que nós estamos a dizer, e eu percebo o raciocínio do Senhor Deputado Tito Evangelista, que é, "Viana tem porque é que nós não podemos ter".

Sim, é um raciocínio lógico que nos põe a todos a pensar, acontece que Viana tem, há mais de uma década. Hoje, ao abrigo dos planos de gestão de riscos de inundação, é completamente impossível fazer uma cave naquele sítio. Vamos ser claros, seja um edifício, seja um prédio, seja uma cave apenas para estacionamento.

Não pode ter!

Há zonas que são abrangidas por este plano de gestão de riscos de inundação, que estão incluídas no POC, no programa da Orla Costeira, não podem ter cave.

De uma vez por todas, não podem ter cave!

Mesmo que nós quiséssemos fazer, não era possível fazer a cave ali naquele sítio.

Se o quiséssemos fazer, e seria duvidoso que ali fosse o melhor sítio para o fazer, face à área que tem, há outros locais na cidade capazes de albergar, e temos isso pensado para o futuro, um grande parque de estacionamento subterrâneo, mas não é claramente naquele local.

Então, de uma vez por todas, por mais que demagogicamente se tente dizer isto, e comparar com as outras cidades, naquele sítio não é possível. E lembrar-se-ão os mais velhos, que a água já por ali andou em tempos idos, quando ali era a feira, em tempos antigos.

Portanto, não vamos também agora, tentar nós, fazer coisas que são altamente desaconselháveis e ainda por cima ilegais, e, portanto, isso seria completamente impossível.

Quanto à questão da obra e a questão do preço, a obra começou com um determinado valor, mas, entretanto, houve trabalhos a menos, houve um novo concurso para aquela mesma obra, isso está tudo na documentação que podem consultar, com alterações que foram feitas em relação ao projeto inicial, isso está lá refletido, e depois houve um fenómeno, vocês sabem que é verdade, que foram as revisões de preços.

As revisões de preços foram dramáticas, face à inflação, foram valores exorbitantes, nós pagamos centenas de milhares de euros nas obras, nós e todos, todos os municípios que tinham obras a decorrer. Quando foi dado o preço, isto são questões legais, não somos nós que decidimos quanto vamos pagar, há uma fórmula e nós pagamos em conformidade, todos.

Imaginem, vocês dão um preço para uma obra hoje, entretanto demora um ano, e aliás aquela obra teve ali um problema, porque foi para tribunal, o segundo concorrente contestou a adjudicação da obra, etc, perdeu-se mais de um ano para iniciar. Quando foi iniciar, o custo dos materiais, estava tudo muito mais caro, os combustíveis, energia, tudo, e isso reflete-se nessa fórmula, e a Câmara tem que pagar. É assim que funciona.

Neste momento até pode ser ao contrário, as obras estão a ser lançadas agora, se tivermos a sorte de a inflação baixar, dos preços baixarem, podemos ter revisões depois positivas, ou seja, podemos até ter que receber dos empreiteiros, face aquilo que lhes pagamos.

É assim que funciona a contratação pública, não tem nada que saber.

Portanto, em relação aos preços, as contas estão lá, nós temos que dar contas, ainda por cima quando é financiado temos que dar contas ao cêntimo, de como é que gastamos o dinheiro, portanto, eu até acho que, face à área intervencionada, recordem, são 12.000 metros quadrados de pavimentações em toda aquela zona envolvente, por trás da igreja, Largo Frei

Bartolomeu dos Mártires, é muita área, para cerca de um milhão e meio, um milhão e seiscentos euros de intervenção. Acho que foi, muito honestamente, face à qualidade dos materiais que lá foram colocados, à revisão de todas as infraestruturas que lá estão, foram todas revistas, tudo, desde o gás à energia, telecomunicações, foi tudo revisto, sinceramente, se dividirem isso por metro quadrado, penso que foi até um preço bastante aceitável.

De resto, um assunto que nos toca muito, a questão da derrocada de Palmeira de Faro, eu e o Sr. Vereador Guilherme Emílio, que tem a responsabilidade da Proteção Civil, chamamos as famílias à Câmara, no passado dia 6, precisamente para fazer um balanço, aliás, esteve presente o Sr. Presidente da Junta também e os secretários da Junta de Palmeira e da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Cúrvos, para falarmos com as famílias, para tentarmos perceber o que é que podíamos fazer para ajudar aquelas famílias.

Vamos recordar, três famílias vivem lá, das sete, e duas estão em apartamentos nossos.

Uma era uma casa que estava arrendada e, portanto, deixou de estar, e outra família tinha uma solução própria de habitação. Não está ninguém na rua por causa disso.

Mas custa-nos ver aquele património ali a deteriorar-se todos os dias, sem qualquer solução, e, portanto, chamamos as pessoas, com os seus advogados, frontalmente, cara a cara, para tentar ajudar a resolver o problema.

É assim que nós queremos estar nestas coisas.

E o que ficou definido, nós só podemos levantar a declaração de alerta, só podem voltar para lá as famílias, quando se criarem as condições de segurança.

E para criar as condições de segurança, é preciso fazer um muro de suporte, ou uma solução análoga. E não vai ser a Câmara a pagar, porque aquilo é entre privados, portanto, eles têm que se entender.

E o que lhes foi dito frontalmente foi isto, tentem encontrar uma solução.

Em que é que nós podemos ajudar?

Podemos tentar pelo menos saber qual é a solução.

E o Município ofereceu-se, para tentar contratar uma equipa, que possa fazer um estudo e definir qual é a solução para aquele local.

O que é que lá tem que se fazer, se é um muro de betão, que dimensão tem o muro de betão?

Quanto é que custa o muro de betão? Quanto é que toca a cada um.

E no final, isso foi aprovado por unanimidade, portanto, o Município ficou com essa incumbência e já está a tratar desse assunto, para tentarmos ajudar a resolver o problema.

Quanto à questão da investigação, eu recorro aqui que nós contactámos o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para fazer o estudo, e pedimos autorização ao Ministério Público e à Judiciária, para fazer esse trabalho, porque não queríamos andar a mexer em coisas, para as quais não estívéssemos autorizados.

Demorou à volta de um mês, a mês e meio e, recebemos informação do Ministério Público para não fazermos nada, que eles mesmos iam pedir, curiosamente à mesma entidade, ao LNEC, para fazerem esse trabalho. Até hoje, não tivemos qualquer resultado, não sabemos nada e já agora, não há nenhuma ação contra o Município de Esposende, que tenhamos conhecimento, em relação a essa matéria.

Estamos a colaborar com as famílias, a tentar ajudar na medida do possível. Lamentamos muito o que aconteceu naquela fatídica noite, mas, estamos a fazer aquilo que devemos fazer em termos de responsabilidade social, para ajudar, no que é possível ajudar.

Quanto às outras questões que colocou aqui, em relação à Gala, nós todos os anos temos a Gala do Desporto, não temos espaço melhor que o pavilhão de Fão para a fazer, é o único

pavilhão municipal. Entretanto, fomos desafiados pela associação que apresenta a Gala "O Minhoto", e, numa lógica de poupança de recursos, resolvemos aproveitar a mesma estrutura que já tínhamos montado, com algumas ligeiras mudanças, por isso é que fizemos a Gala do Município no sábado, e fizemos a do minhoto ontem à noite, aproveitando precisamente, o fim de semana. Claro que, enquanto está a montar e até a desmontar, a prática desportiva está impedida naquele espaço. Mas não vamos dramatizar isto, estamos a falar de oito dias e, foi tudo articulado, o Senhor Vereador do Desporto, articulou com o Presidente do Hóquei, e encontraram-se dois espaços em Barcelos, e quem pagou a renda foi a Câmara Municipal de Esposende. Portanto, não vamos levantar aqui nenhum problema, que ninguém anda aqui a sacrificar ninguém, foram apenas oito dias, sensivelmente, e os atletas não ficaram impedidos, e temos que entender que há outras prioridades.

Naturalmente que nós gostávamos muito, e respondendo à sua pergunta do pavilhão de Vila Chã, de já ter o pavilhão de Vila Chã pronto. Mas a verdade é que ele está há décadas a ser construído, e só agora é que nós conseguimos, porque o custo para terminar aquele pavilhão não é uma coisa menor, estaremos a falar de qualquer coisa na ordem de um milhão e meio de euros, isto assim, sem qualquer compromisso, mas dada a minha experiência na área, de certeza que não estaremos longe disso, e a única forma que temos de acabar é, através de fundos comunitários. Essa situação foi sinalizada e acreditamos que no âmbito da contratualização do Portugal 2030, possamos ter essa verba disponível. Quando tivermos, será um equipamento, embora em Vila Chã, tal qual como o de Fão, são equipamentos municipais, que darão para a prática desportiva, e quando for necessário para outra coisa qualquer, certamente que as pessoas compreenderão, que os espaços terão de ser utilizados de outra maneira.

Quanto à questão do Centro de Alto Rendimento de Canoagem, o dinheiro não chega para tudo, nós também temos consciência disso, mas um Centro de Alto Rendimento de Canoagem não custa meia dúzia de trocados, portanto, nós podemos ir pensando no assunto. Aliás, já se falou publicamente sobre isto, encontrar uma localização, desenvolver um projeto e ver o que é que é que aí vem, nós não podemos deitar mãos a tudo, porque nós temos um projeto muito grande para construir, em termos do que será o Parque Desportivo Municipal, que nos vai consumir bastantes recursos, e o Município não tem verbas para fazer face a tudo, porque tem muitas outras áreas onde tem que investir o dinheiro.

Portanto, a resposta direta é não vai haver nada disso para já, porque não há condições financeiras para que isso seja levado ao cabo.

Quanto à questão das crianças e da prática desportiva nos relvados, estamos a falar da mesma coisa, de repente, não há campo nenhum que não possa ser relvado, todos têm que ser relvados. Entretanto até há evoluções, neste momento, posso dizer que já há orientações, por parte da UEFA, para que os campos relvados sintéticos, não usem a borracha, porque afeta o ambiente. Ou seja, andamos a construir estádios com determinadas características, e um dia destes, temos que os mudar todos, aliás, há um prazo de oito anos, espero que depois isso venha a mudar, o tempo de vida útil de um campo relvado sintético, é de 10 a 15 anos, se for bem cuidado, ou seja, podemos estar a construir coisas, para chegar a meio do tempo, e já não é aquilo que serve, já tem que ser desativado. Não sei o que é que vamos fazer com os restantes, porque é preciso pagar a manutenção. Nós não somos um município rico, nós temos que gerir muito bem os nossos recursos. Com isto não queremos discriminar ninguém.

Nós fizemos investimentos muito elevados, eu recordei que nós fizemos o relvado do Forjães Sport Club, o relvado da ADE em Esposende, e já vai há muito tempo, a substituição do

relvado do Marinhas, que foi o primeiro que se tinha feito neste concelho, investimos no Grupo Desportivo de Apúlia, também com o relvado, portanto, se estivermos a falar dos pavilhões, estamos a falar de grandes investimentos no desporto. Com isto não estou a dizer que, havendo estratégias das próprias freguesias e dos clubes, com apoio financeiro, nós não possamos fazer isso noutras freguesias, e portanto, isso provavelmente vai acabar por acontecer. Nós ainda agora demos apoio a Palmeira de Faro, que está com um grande investimento, a própria ADE precisou de melhorar algumas coisas no estádio, que é municipal, portanto, nós temos vindo a investir, e nos últimos quatro anos, de acordo com os dados que o senhor vereador me facultou, estamos quase num milhão e meio de euros, de investimento em infraestruturas desportivas.

Não é propriamente pouco dinheiro. Portanto, temos que ir com calma, agradeço a sinalização das situações, mas não podemos, obviamente, dizer que sim a toda a gente.

De resto, quanto à situação da 103.1, nós estamos preocupados com o estado das estradas e não é propriamente a 103.1, posso lhe dizer, estou muito mais preocupado com a Nacional 13, que já deveria ter sido intervencionada, desde S. Paio de Antas, pelo menos até aqui à zona da ponte que está em obras. Em 2016, estava programada para fazer, e depois, face aquilo que se designou por cativações levadas a cabo pelo Governo do Partido Socialista, nunca mais se fez essa intervenção. Esta é que é a realidade, e eu tenho andado sempre em cima disso. A rotunda que era para construir junto à Cruz Vermelha, a rotunda que era para construir junto à Malafaia, os passeios e a requalificação dessa via, estamos à espera para saber quando é que isso vai acontecer. Portanto, estamos atentos à 103.1, preocupa-me muito mais a Nacional 13 neste percurso.

Quanto aos cidadãos estrangeiros que diz que estão aqui no nosso território a viver em autocaravanas, eu desconheço, mas digo-lhe diretamente, se tiver conhecimento disso, agradeço que nos faça chegar essa informação, por todas as razões. Pela questão social e pela questão legal. Portanto, se tem conhecimento disso, agradeço que faça chegar, nós levaremos isso às autoridades e à área social, para investigar o que é que se está a passar, que isso não é aceitável, e não estaremos, dependendo das circunstâncias, mas não estaremos, obviamente, disponíveis para aceitar isso no nosso território.

Da desagregação das freguesias, só dar-lhe uma informação, ela veio para a Assembleia Municipal, nós submetemos os nossos processos e, dos 181 processos que entraram na Assembleia da República, daquilo que são os números que eu tenho conhecimento, 151 foram remetidos novamente para as Assembleias para melhoramentos, e para aperfeiçoamento, como eles dizem.

Nós recebemos aqui três, já está resolvido o problema, já enviamos para a tal Comissão Técnica, que nós criamos e em boa hora o fizemos, já veio a resposta, já remetemos hoje para conhecimento às várias juntas de freguesia, assembleias de freguesia, e, portanto, pretendemos devolver ainda esta semana, a resposta para a Assembleia da República. E, já agora dizer que, aquilo que nos pediram para aperfeiçoar, era muito simples, não era nada de especial, era uma questão meramente contabilística, que já está resolvida, e, portanto, não será por aí que deixaremos de ter esses processos a andar.

De qualquer modo, tenho para mim que a vontade da Assembleia da República de resolver este problema, não é muita. Vamos aguardar, da nossa parte não vamos deixar morrer o assunto, mas não vejo muita vontade por parte dos deputados nacionais de resolverem este problema.

De resto, e para terminar, o Sr. Deputado Tito Gaifem falou das aquisições de terrenos, vamos

ser claros e sinceros, o Município tem património que foi adquirido ao longo dos anos, outro foi adquirido mais recentemente, é verdade, o que nós estamos a fazer já devíamos ter feito na minha perspetiva, há mais tempo, diga-se de passagem, é uma adequação daquilo que é o património que temos, à realidade dos nossos investimentos. Ou seja, o que é que interessa ao município, ter um prédio aqui no meio da cidade, em ruínas, ou um campo, ou uma bouça qualquer no meio do monte, que ficou para o município numa circunstância especial há não sei quantos anos? Não interessa absolutamente nada!

A mim interessa-me ter terrenos, por exemplo, para o Parque da Cidade, esses interessa-me comprá-los, e, portanto, o que nós estamos a fazer é, vender aquilo que não tem interesse para a nossa estratégia, recuperar capital, e ir adquirir os terrenos que nos fazem falta. O caso dos moinhos da Abelheira é óbvio, não vale a pena explicar porque é que estamos a comprar os moinhos da Abelheira, aliás já comprámos vários, e está a ficar cada vez melhor aquele espaço. Os do Parque da Cidade também são óbvios, a questão do Pérola, porque eu penso que era a esse que se referia, efetivamente nós quando o comprámos, foi numa perspetiva de, os proprietários não tinham dinheiro para fazer as obras, aquilo é uma vergonha no centro de Apúlia, e a dada altura percebemos que, mesmo a colocação do equipamento municipal lá, não era talvez a melhor opção, porque não tem espaço de estacionamento decente, falou-se muito na altura de ter a Junta de Freguesia, não era muito fácil.

Entendemos realizar dinheiro e canalizar essas verbas para a construção do Mercado de Apúlia, que nós parece um equipamento muito mais importante, sendo certo, que quem o adquiriu, nós vendemos com condições, e as condições implicam que tenham de ser feitas obras em dois anos, e já começaram as obras. Ou seja, o nosso objetivo não era ficar com o imóvel para nós, era que ele fosse reabilitado e que desaparecesse aquela vergonha do centro de Apúlia. Parece-nos que vamos conseguir alcançar esse objetivo, sob pena de reversão do próprio imóvel, de penalizações que estão previstas na hasta pública que foi feita. Portanto, o nosso objetivo também é esse, é de reabilitação do próprio património.

De resto, quanto à primeira e à segunda fase do Parque da Cidade, nós iniciamos o processo pela requalificação da estrada, que passa em frente ao Parque da Cidade, desde a rotunda da Solidal, até à rotunda de Gandra, e essa é, a primeira fase. Mas, implica só, construção da ecovia no seguimento da marginal, passeios, estacionamento e a pavimentação da via, do lado direito e do lado esquerdo, com estacionamento, com iluminação, com árvores, etc, no fundo, a continuidade da marginal até lá ao fundo. E para essa já foi lançado o concurso, já está adjudicada e como eu já tinha previsto, o segundo concorrente contestou em tribunal e, portanto, com uma diferença de cerca de cento e tal de mil euros, ou de duzentos mil euros, de preço mais caro, nós adjudicámos à proposta mais barata, mas não está satisfeito com a situação e foi para tribunal. Estamos à espera que se resolva esse problema em tribunal, caso contrário, já teríamos começado a intervenção. Ao mesmo tempo, eu não posso ficar à espera que se resolva este problema para avançar com a obra propriamente dita, do Parque da Cidade. Desta, estamos a falar de um milhão e oitocentos mil euros de valor base, que foi adjudicada pela proposta mais baixa por um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil euros, e peço desculpa se estes números não forem os exatos, mas é um milhão, quinhentos e trinta e qualquer coisa, mil euros. Portanto como vê, são quase trezentos mil euros a menos.

Portanto, a primeira fase está arrumada, o arranque do Parque da Cidade, que é o Parque da Cidade na totalidade, nós é que fomos mais ambiciosos e levámos o Parque da Cidade mais um pedaço para nascente e para o lado de Fão. Porque senão, este era o Parque da Cidade de que se falava aqui há uns anos a esta parte. São 21 hectares, 210 mil metros quadrados, cujo

valor que lançámos da obra, é de seis milhões e oitocentos mil euros, de que falou. Portanto, se somarmos tudo, estamos a falar de um milhão, quinhentos e trinta mil euros, mais seis milhões e oitocentos mil, que não quer dizer que sejam seis milhões e oitocentos mil, porque depois as propostas é que vão chegar ao valor final, isto é o valor pelo qual é lançada a intervenção, penso que esclareci a situação. Relativamente aos carregadores elétricos, estão a ser montados neste momento no concelho, 25 carregadores elétricos, a cobrir todas as freguesias do concelho, foi uma prerrogativa que eu quis fazer, e temos situações de carregadores rápidos e carregadores normais. Tentámos fazer a distribuição, claro que há muitos mais carregadores entre Apúlia, Fão, Esposende e Marinhãs, esta zona mais urbana, e depois temos pelo menos um ou dois, dependendo das freguesias, por todos os locais. Naturalmente que os rápidos não estão nas freguesias mais pequenas, serão situações pontuais. E de resto, falou da Casa Manuel Boaventura, estamos neste momento a iniciar o procedimento para a contratação de um projetista, mais uma vez, demos o passo mais importante, que era a aquisição da casa. Demorou anos para se conseguir resolver esse problema, e agora vamos dar início ao projeto e aguardar pelo financiamento. Porque não temos meios, como digo financeiros, para chegar aquilo que são todas as nossas pretensões, e aquilo que são também as nossas vontades. Portanto penso que esclareci tudo, muito obrigado!-----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado inscrições.-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

03.01 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2024 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de novembro de 2023, foi presente na sessão a proposta para o ano de 2024 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 6 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2024 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E AS AUTORIZAÇÕES CONSTANTES DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.---

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Aproveito para elogiar o início da explicação que o Sr. Presidente da Câmara deu, na apresentação deste tema, que arrasou por completo a intervenção do líder da bancada do PSD, no período antes da ordem do dia, e contrariou-a, nem é preciso eu dizer mais nada.

O PS vota contra este orçamento, pelas razões que já referimos o ano passado, e convém dizer que o PS faz propostas todos os anos para incluir assuntos no orçamento, nomeadamente a nível de saneamento e a Câmara olímpicamente ignora as nossas propostas.

Nenhuma das propostas do PS é atendida, e no ano passado nós dissemos: “a proposta do PSD, para além de assentar numa visão do município que não perfilhamos, é uma proposta especulativa, já que todos os anos as despesas de investimentos são ilusórias, nunca se cumprem, engrossando orçamentos dos anos seguintes, gerando a ilusão de um investimento que na realidade não existe.

A Câmara está apostada a fazer em Esposende uma terra de cenário fotográfico, tendo por base a zona marginal, e mais alguns pontos do concelho, que servem para fotografias de transeuntes e passeantes, enquanto o que é real de interesse público e estrutural para o desenvolvimento fica por fazer. Seja habitação, sejam transportes públicos, seja antes de tudo, saneamento básico, sejam vias de comunicação, sejam equipamentos escolares e sociais.

Em suma, vive-se das aparências para as aparências, enquanto o concelho, apesar de colossais potencialidades que tem, continua a marcar passo.”

E aqui, gostava de referir, que para o senhor Presidente da Câmara em Esposende está tudo bem, e no país está tudo mal, o que significa que Esposende não faz parte do país.

A Câmara neste orçamento, não inclui uma verba para a requalificação dos imóveis que vendeu o ano passado, e que tinham dois anos para serem concluídos, e que pela previsão não irão ser concluídos a tempo.

Há vários imóveis que foram vendidos nessas condições e não estão aqui orçamentados.

É preciso que quem os compra os cumpra, sob pena de ser altamente favorecido, se a Câmara não avançar com a reversão.

O Sr. Presidente vangloria-se com o maior orçamento da sua história, e diz que não é só por causa das transferências de competências, que a Câmara tanto recusou, durante anos a fio, e que agora até veio dizer que é tão boa, que até os trabalhadores passaram a ter saúde no trabalho, que até agora não tinham.

É sinal para dizer, porque a razão é que a Câmara não o fez antes, que já tinha os trabalhadores todos, a ser beneficiados pela Câmara.

Agora a Câmara é uma maravilha, na gestão das competências transferidas, mas durante anos a fio, não as queria.

Gostávamos também de referir, que essas transferências de competências que aumentam e muito o orçamento, porque é dinheiro transferido do Estado para pagar, e que a Câmara, é uma mera operação contabilística, porque recebe do Estado para pagar a pessoal, fazer obras nas escolas, centros de saúde, etc.

Convém referir também, que o Sr. Presidente da Câmara quando diz, e vangloria-se, que tem um excelente saldo orçamental, isso é uma confissão de incompetência, porque o saldo orçamental resulta, até como foi aqui confessado no início do aumento das despesas correntes, da não execução de despesas de capital, ou seja, de não concretização dos investimentos previstos. E, portanto, andar a dizer que este ano vamos transferir mais seis milhões, significa que a Câmara não fez seis milhões de obras, que se tinha proposto fazer e não fez.

Por último, gostava também de referir, que o Sr. Presidente fala ainda no orçamento da Esposende Ambiente e da Esposende 2000, que ultrapassa mais de cinquenta milhões de euros, irei mais à frente referir-me a isso, mas, esse orçamento das receitas da Esposende Ambiente, nomeadamente, deve-se muito, à brutal conta da água e das tarifas, que são verdadeiros impostos, que a Câmara inclui na fatura de despesas de saneamento, de resíduos sólidos e principalmente da água. Apesar de sermos uma zona com a maior bacia hidrográfica exclusivamente nacional, pagamos das águas mais caras do país, e somos nós os contribuintes, isso também é carga fiscal Sr. Presidente, são os esposendenses que pagam essa fatura, por má gestão da Esposende Ambiente, mas isso, irei referir mais à frente.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O grupo parlamentar do CDS vota contra esta proposta de orçamento, porque a proposta não devolve aos munícipes, parte dos impostos municipais, nomeadamente, IMI, IRS e DERRAMA.

Agrava e acrescenta taxas municipais, não contribuindo para aliviar a vida financeira das famílias e empresas.

É uma proposta que aumenta a despesa corrente permanente, particularmente em salários, cerca de onze milhões de euros, consomem este orçamento.

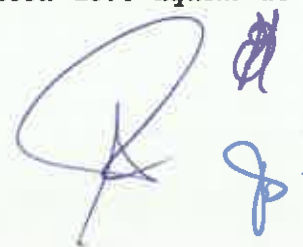
Fica aquém do investimento, que promove o desenvolvimento do território, do concelho de Esposende, e a sua coesão territorial.

Esta proposta de orçamento, em vez de ter uma visão holística inteira do território, acentua a parcialidade do executivo e é restritiva no equilíbrio e necessidades de cada uma destas 15 freguesias. Porque, efetivamente, no centro da cidade e na freguesia de Esposende, temos visto como todos sabemos, e projeta-se, mais obra.

À semelhança de outros orçamentos, temo que este siga o mesmo percentual de execução e tenhamos mais uma ilusão com contas certas, que têm contribuído para adiar sucessivos investimentos que o concelho carece.

Uma proposta que se foca no pormenor, esquecendo o bem geral, não abraça a responsabilidade ambiental, não contempla um desenvolvimento urbano inclusivo, cumprindo as metas dos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS, da Agenda 2030, um orçamento que é apelidado o maior de sempre, depois vai-se aferir a taxa de execução, que fica aquém do esperado.

Como exemplo, o Orçamento de 2022, teve uma execução que ficou 25% aquém do orçamentado.



Devo lembrar que a despesa corrente com pessoal no Orçamento de 2022, foi cerca de sete milhões, sem a Segurança Social e, neste momento, para 2024 estamos a falar de dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil.

Este orçamento, perante o Executivo, vai transitando valores, de um orçamento para o outro, criando a ilusão de que o próximo orçamento é o maior e o melhor de sempre.

Pelo exposto, o orçamento não pode merecer uma apreciação favorável, sendo o sentido do voto do CDS, contra."-----

Pela Deputada Independente, Anabela Solinho, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O meu sentido de voto é a abstenção, porque em primeiro lugar, relativamente à participação municipal do IRS, a Câmara insiste em manter em 5%, que resulta num aumento de duzentos mil euros, comparativamente a 2023.

O que suporta ainda mais a opinião, que a Câmara Municipal poderia reter, apenas 2,5%, metade, o que corresponderia a colocar na economia local mais de um milhão de euros.

Em segundo lugar, o meu sentido de voto também se fundamenta no facto de estarem alocados cerca de 4,5 milhões de euros em receitas de capital, não se tratando de financiamento, mas sim de endividamento, portanto, recurso à banca.

Há um aumento de endividamento em relação a 2023, triplicando, passando agora a ser 11% do Orçamento Geral do Município."-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O Grupo político do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta sobre os Documentos Previsionais para o ano de 2024, porquanto:

O orçamento e os documentos previsionais que aqui acabamos de aprovar reforçam, mais uma vez, a ambição clara deste executivo para o ano que aí vem no que ao cumprimento dos compromissos assumidos e ao crescimento sustentado do concelho diz respeito.

Com o valor global de 40.630.788,00 €, este orçamento apresenta-se, mais uma vez, como o maior orçamento de sempre, mesmo excluindo o valor transferido para o município pelo Estado para fazer face à transferência de competências. Mas, se lhe somarmos os orçamentos das Empresas Municipais, e ainda o saldo de gerência do exercício de 2023, estaremos perante um valor superior a 55 milhões de euros na esfera municipal, o que é digno de registo e não encontra paralelo no passado.

Esta proposta de orçamento vai assim, ao encontra das expectativas do PSD de Esposende para o ano de 2024. Mesmo perante um clima de instabilidade e imprevisibilidade financeira, originada pela conjuntura internacional com os conflitos armados na Ucrânia e no Médio Oriente, com a imprevisibilidade da inflação e agora, com a queda do governo e a dissolução da Assembleia da República, salientamos o facto da carga fiscal prevista neste orçamento se manter baixa, permitindo inclusive, poupanças aos munícipes por força da manutenção da taxa de IMI nos 0.30%, e o facto do investimento no desenvolvimento do concelho, através do aumento das verbas afetas ao Plano Plurianual de investimentos, se manter como linha orientadora deste executivo, tendo como principal foco, mais uma vez o apoio às pessoas, às empresas e às instituições do concelho.

Não esquecendo que com a delegação de competências do estado para o município e deste para as juntas de freguesias, este orçamento reflete com rigor e assertividade, o dever de

observância com um conjunto de preocupações de gestão e de sustentabilidade económica e financeira e um acompanhamento muito próximo de todos os processos e procedimentos.

Tudo isto, mantendo a permanente procura de financiamento através do aproveitamento dos diversos Quadros Comunitários de apoio disponíveis, nomeadamente através do aproveitamento das verbas do PRR e do Portugal 2030.

Mas também, não esquecendo que estamos perante um orçamento com um plano plurianual de investimentos ambicioso que, pelo carater estrutural que evidencia, contribuirá fortemente para mudar a face e a imagem do nosso concelho, nomeadamente através de obras estruturantes como o Parque da Cidade, a requalificação da EM 546 entre Antas e Forjães, o Centro de Recolha Oficial (Canil), a conclusão das Ecovias do Cávado e do Litoral Norte, a instalação do Polo da Universidade do Minho (Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha), o Parque Desportivo Municipal, a segunda fase da Requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, o Mercado de Apúlia, a Barra de Esposende, a Rede de Miradouros e o Projeto de Requalificação Ambiental de Valorização das Atividades Tradicionais em Pedrinhas e Cedovém. Tudo obras que já estão em projeto e que, segundo o executivo, brevemente avançarão no terreno.

A par de tudo isto, este orçamento reflete, ainda, a preocupação de se cumprir com o plano de investimentos nas freguesias, que pela sua relevância, tem permitido satisfazer necessidades importantes e a concretização de obras há muito ambicionadas pela população das 15 freguesias do concelho.

Por tudo isto, votamos favoravelmente a proposta do executivo." -----

03.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

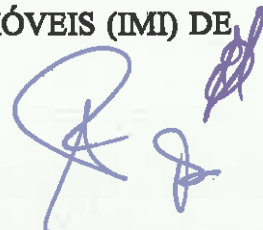
De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de novembro de 2023, foi presente na sessão Proposta para a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2023 a liquidar no ano de 2024, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, E 3 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PARA VIGORAR NO ANO DE 2023, COM EFEITOS NA LIQUIDAÇÃO QUE SERÁ FEITA EM 2024:

- A FIXAÇÃO DE UMA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DE



0,30% PARA OS PRÉDIOS URBANOS, CONFORME ALÍNEA C) DO Nº 1 E NOS TERMOS DO Nº 5 DO ART.º 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), COM TODAS AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS INTRODUZIDAS;

- SEJA FIXADA UMA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM DO AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO, EM:

- A) € 30 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO;
- B) € 70 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO;
- C) € 140 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.

MAIS DELIBEROU QUE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º – INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF) E DANDO CUMPRIMENTO AO ART.º 45 DO MESMO DIPLOMA:

- OS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS CONCLUÍDAS HÁ MAIS DE 30 ANOS OU LOCALIZADOS EM ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA BENEFICIAM DOS INCENTIVOS PREVISTOS NAQUELE ARTIGO, DESDE QUE PREENCHAM CUMULATIVAMENTE AS SEGUINTE CONDICÕES:

A) SEJAM OBJETO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PROMOVIDAS NOS TERMOS DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, OU DO REGIME EXCEPCIONAL DO DECRETO-LEI Nº 53/2014, DE 8 DE ABRIL

B) EM CONSEQUÊNCIA DA INTERVENÇÃO PREVISTA NA ALÍNEA ANTERIOR, O RESPECTIVO ESTADO DE CONSERVAÇÃO ESTEJA DOIS NÍVEIS ACIMA DO ANTERIORMENTE ATRIBUÍDO E TENHA, NO MÍNIMO, UM NÍVEL BOM NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI Nº 266-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, E SEJAM CUMPRIDOS OS REQUISITOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE QUALIDADE TÉRMICA APLICÁVEIS AOS EDIFÍCIOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 30.º DO DECRETO-LEI Nº 118/2013, DE 20 DE AGOSTO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI Nº 194/2015, DE 14 DE SETEMBRO, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI Nº 53/2014, DE 8 DE ABRIL.

- AOS IMÓVEIS QUE PREENCHAM OS REQUISITOS A QUE SE REFERE O NÚMERO ANTERIOR SÃO APLICÁVEIS OS SEGUINTE BENEFÍCIOS FISCAIS:

A) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS POR UM PERÍODO DE TRÊS ANOS A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADO, A REQUERIMENTO DO PROPRIETÁRIO, POR MAIS CINCO ANOS NO CASO DE IMÓVEIS AFETOS A ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO PERMANENTE OU A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE;

B) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NAS AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS DESTINADOS A INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO, DESDE QUE O ADQUIRENTE INICIE AS RESPECTIVAS OBRAS NO PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS A CONTAR DA DATA DE AQUISIÇÃO;

C) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO, SUBSEQUENTE À INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO, A AFETAR A ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO

PERMANENTE OU, QUANDO LOCALIZADO EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA, TAMBÉM A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE;

D) REDUÇÃO A METADE DAS TAXAS DEVIDAS PELA AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO N.º 1.

- OS BENEFÍCIOS REFERIDOS NAS ALÍNEAS A), B) E C) DO NÚMERO ANTERIOR NÃO PREJUDICAM A LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS, NOS TERMOS GERAIS.

- O RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NAQUELE ARTIGO DEVE SER REQUERIDO CONJUNTAMENTE COM A COMUNICAÇÃO PRÉVIA OU COM O PEDIDO DE LICENÇA DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, CABENDO À CÂMARA MUNICIPAL COMUNICAR ESSE RECONHECIMENTO AO SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DA SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO OU FRAÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 DIAS A CONTAR DA DATA DA DETERMINAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO RESULTANTE DAS OBRAS OU DA EMISSÃO DA RESPECTIVA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA, SE ESTA FOR POSTERIOR.

- SENDO CERTO QUE, O REGIME PREVISTO NAQUELE ARTIGO NÃO É CUMULATIVO COM OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS DE IDÊNTICA NATUREZA, NÃO PREJUDICANDO, PORÉM, A OPÇÃO POR OUTRO MAIS FAVORÁVEL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"No mandato anterior, lançamos o repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse realizada uma reforma de todos os impostos, taxas e tarifas municipais, para que não se perdendo, globalmente, receita, houvesse uma mais justa repartição dos mesmos, tendo-se o Partido Socialista oferecido, para colaborar nos trabalhos, para a elaboração dessa reforma.

O PS, o tal que nunca propõe nada e está sempre contra.

A nossa proposta foi liminarmente rejeitada.

Já neste mandato, na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021, voltamos a lançar o repto ao Senhor Presidente da Câmara, tendo rejeitado igualmente, a nossa proposta.

Entende a maioria PSD, que nada necessita de ser alterado.

Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara "A Câmara não pode prescindir de ficar com a percentagem máxima de IRS que a lei permite". Até porque quem paga IRS, disse já noutras ocasiões, ganha um ordenado que lhe confere o dever de pagar aquele imposto, porque é o imposto mais justo, porque a Câmara não aplica derrama.

O PS defende que toda ou parte da percentagem do IRS, que reverte para a Câmara, deve ser devolvida aos contribuintes, a título de exemplo, Ponte de Lima, não fica com 1 euro de IRS dos contribuintes, a Câmara de Esposende fica com 5%.

O IRS é um imposto universal, pago por todas as pessoas que auferem rendimentos, desde logo os trabalhadores.

O IMI é um imposto pago pelos proprietários.

Esposende aplica a taxa mínima de IMI, o que na nossa opinião é um erro. Na verdade, ao cobrar a taxa mínima de IMI, a Câmara está a favorecer a especulação imobiliária, a construção desenfreada de casas para segunda habitação, com consequências ambientais, aumento do custo dos terrenos, sobrecarga das infraestruturas e serviços, arruamentos, redes de água, iluminação pública, recolha de resíduos, etc.

Custos esses, suportados essencialmente pelos residentes, beneficiando apenas os proprietários de segunda habitação, os especuladores imobiliários e os prestadores de serviços que a Câmara precisa de contratar para pagar.

Já vimos que quem é cá residente até tem um benefício e, portanto, continuaria a ter, e os que são cá residentes, pagariam menos IMI, mesmo que a taxa fosse aumentada.

Ao não devolver parte ou toda a percentagem de valor pago pelos residentes em Esposende, a título de IRS, a Câmara está a retirar às famílias rendimento disponível.

Enquanto a derrama é um imposto a incidir sobre empresas que nunca foi cobrado em Esposende, nunca, no concelho de Esposende foi cobrado. Desde logo, devido ao baixo nível do nosso tecido empresarial, Esposende, infelizmente, nem é Famalicão, nem é a Maia.

E apesar de Famalicão e a Maia terem derrama, não faltam empresas a ir para lá e tomáramos nós que elas viessem para aqui.

Em 2022, ou este ano, a Câmara vai ficar com cerca de dois milhões de euros, não é certo, mas à volta de dois milhões de euros, só de IRS. Dinheiro esse, que podia e deveria ser restituído aos contribuintes de Esposende.

Não é assim, a forma justa de se governar.

Esta Câmara nunca beneficia os residentes, e está a obrigar os residentes a pagar as contas de quem aqui tem segunda habitação. Seja nas ruas que temos para limpar, que estão vazias durante o ano inteiro, nomeadamente nas freguesias do litoral, seja a rede de iluminação pública que está a alumiar ruas vazias, sem gente durante todo o ano, e quem paga isso são os contribuintes locais.

E, portanto, esta opção da Câmara de Esposende, de sobrecarregar quem cá está, para beneficiar a especulação imobiliária daqueles que vivem a construir e a revender casas para segunda habitação, nomeadamente aqueles que residem fora deste concelho e têm cá casa de segunda habitação, é uma opção errada, e é uma opção contrária ao interesse de Esposende.

E é por isso, que nós temos desenvolvido muito menos que os outros, e se crescemos mais em população que Viana, é porque estamos muito mais perto do Porto, do que Viana, e temos uma A28 e A11. Se não tivesse uma A28 e A11, com população de fora, que vai trabalhar todos os dias para fora, vem cá morar, mas trabalha fora, em Braga, no Porto e noutros sítios, Esposende, não tinha um aumento da população que teve.

E era isso que eu gostava que o Sr. Presidente estivesse atento, às posições do Partido Socialista, que pelos vistos pouco lhe importa, porque tem passado tempo a falar para o lado.”

Pela Deputada Independente, Anabela Solinho, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Abstive-me, porque estou de acordo com o valor mais baixo agora proposto pelo município, mas entendo que deveria haver uma majoração para os imóveis devolutos, permitindo assim uma receita adicional que cobriria os 2,5% do IRS, que ficariam em poder dos municípios.”

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Nós optamos pela abstenção, porque nós achámos que a taxa reduzida de IMI deveria ser exclusiva dos contribuintes que mantêm em Esposende a sua habitação própria e permanente. É preciso discriminar pela positiva os esposendenses que residem o ano todo no concelho e, contribuindo com seu esforço e dinheiro para as receitas necessárias à prossecução das políticas públicas do município.

Deste modo, o município poderia compaginar uma taxa de IMI mais elevada para quem aqui detém habitação secundária, com a redução parcial da taxa de participação no IRS. Também seguindo aqui o ponto, e foi falado na Assembleia passada da nossa sugestão, do aumento da taxa de IMI para os edifícios devolutos.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:
“O Grupo político do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), porque:

Sendo esta proposta semelhante à proposta apresentada para o ano de 2023, e pelo fato de entendermos que a proposta apresentada continua a ser a que melhor defende os interesses dos particulares, na medida que permite todo um conjunto de poupanças, benefícios e isenções, entendemos que manter o IMI na sua taxa mínima, associado às isenções concedidas na reabilitação de prédios urbanos, não só permitirá uma poupança em recursos financeiros para famílias, como também permitirá que as famílias, com essas poupanças, possam fazer face às muitas necessidades básicas que a conjuntura financeira atual nos trouxe.

Não só mitigando alguns dos efeitos nefastos da conjuntura internacional, sobretudo com os custos derivados da conservação dos seus imóveis, como também irá privilegiar os agregados familiares mais numerosos, que face a existência de uma redução da taxa de IMI nos prédios destinados à habitação própria e permanente, e em função do número de dependentes, representará claramente um ganho e um incentivo às famílias, que, este ano, vê o valor proposto para o IMI familiar aumentar, passando para os 30, 70 e 140€ mediante o número de dependentes a cargo, em vez dos 20, 40 e 70€ da proposta dos anos anteriores.

Em suma, e na linha da posição assumida pelo grupo político do PSD nesta Assembleia nos anos anteriores relativamente à taxa de IMI, a proposta apresentada pelo executivo mantém a nossa concordância, pelo que votamos favoravelmente.”-----

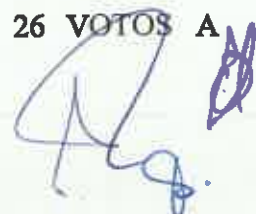
03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2024, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 29 de novembro de 2023, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha para 2024 o valor fixado nos anos anteriores, para a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem ou seja, 0,25% e que, de tal deliberação, seja dado conhecimento à ANACOM e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A



FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR EM 0,25% SOBRE O TOTAL DE FATURAÇÃO MENSAL EMITIDA PELAS EMPRESAS QUE OFERECEM REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO, A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2024.

MAIS DELIBEROU, QUE DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, SEJA DADO CONHECIMENTO À ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES, E ÀS EMPRESAS QUE OFERECEM REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO, EM LOCAL FIXO.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“No mandato anterior, lançamos o repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse realizada uma reforma de todos os impostos, taxas e tarifas municipais, para que não se perdendo, globalmente, receita, houvesse uma mais justa repartição dos mesmos, tendo-se o Partido Socialista oferecido, para colaborar nos trabalhos, para a elaboração dessa reforma.

O PS, o tal que nunca propõe nada e está sempre contra.

A nossa proposta foi liminarmente rejeitada.

Já neste mandato, na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021, voltamos a lançar o repto ao Senhor Presidente da Câmara, tendo rejeitado igualmente, a nossa proposta.

Entende a maioria PSD, que nada necessita de ser alterado.

Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara “A Câmara não pode prescindir de ficar com a percentagem máxima de IRS que a lei permite”. Até porque quem paga IRS, disse já noutras ocasiões, ganha um ordenado que lhe confere o dever de pagar aquele imposto, porque é o imposto mais justo, porque a Câmara não aplica derrama.

O PS defende que toda ou parte da percentagem do IRS, que reverte para a Câmara, deve ser devolvida aos contribuintes, a título de exemplo, Ponte de Lima, não fica com 1 euro de IRS dos contribuintes, a Câmara de Esposende fica com 5%.

O IRS é um imposto universal, pago por todas as pessoas que auferem rendimentos, desde logo os trabalhadores.

O IMI é um imposto pago pelos proprietários.

Esposende aplica a taxa mínima de IMI, o que na nossa opinião é um erro. Na verdade, ao cobrar a taxa mínima de IMI, a Câmara está a favorecer a especulação imobiliária, a construção desenfreada de casas para segunda habitação, com consequências ambientais, aumento do custo dos terrenos, sobrecarga das infraestruturas e serviços, arruamentos, redes de água, iluminação pública, recolha de resíduos, etc.

Custos esses, suportados essencialmente pelos residentes, beneficiando apenas os proprietários de segunda habitação, os especuladores imobiliários e os prestadores de serviços que a Câmara precisa de contratar para pagar.

Já vimos que quem é cá residente até tem um benefício e, portanto, continuaria a ter, e os que são cá residentes, pagariam menos IMI, mesmo que a taxa fosse aumentada.

Ao não devolver parte ou toda a percentagem de valor pago pelos residentes em Esposende, a título de IRS, a Câmara está a retirar às famílias rendimento disponível.

Enquanto a derrama é um imposto a incidir sobre empresas que nunca foi cobrado em Esposende, nunca, no concelho de Esposende foi cobrado. Desde logo, devido ao baixo nível do nosso tecido empresarial, Esposende, infelizmente, nem é Famalicão, nem é a Maia. E apesar de Famalicão e a Maia terem derrama, não faltam empresas a ir para lá e tomáramos nós que elas viessem para aqui.

Em 2022, ou este ano, a Câmara vai ficar com cerca de dois milhões de euros, não é certo, mas à volta de dois milhões de euros, só de IRS. Dinheiro esse, que podia e deveria ser restituído aos contribuintes de Esposende.

Não é assim, a forma justa de se governar.

Esta Câmara nunca beneficia os residentes, e está a obrigar os residentes a pagar as contas de quem aqui tem segunda habitação. Seja nas ruas que temos para limpar, que estão vazias durante o ano inteiro, nomeadamente nas freguesias do litoral, seja a rede de iluminação pública que está a alumiar ruas vazias, sem gente durante todo o ano, e quem paga isso são os contribuintes locais.

E, portanto, esta opção da Câmara de Esposende, de sobrecarregar quem cá está, para beneficiar a especulação imobiliária daqueles que vivem a construir e a revender casas para segunda habitação, nomeadamente aqueles que residem fora deste concelho e têm cá casa de segunda habitação, é uma opção errada, e é uma opção contrária ao interesse de Esposende.

E é por isso, que nós temos desenvolvido muito menos que os outros, e se crescemos mais em população que Viana, é porque estamos muito mais perto do Porto, do que Viana, e temos uma A28 e A11. Se não tivesse uma A28 e A11, com população de fora, que vai trabalhar todos os dias para fora, vem cá morar, mas trabalha fora, em Braga, no Porto e noutros sítios, Esposende, não tinha um aumento da população que teve.

E era isso que eu gostava que o Sr. Presidente estivesse atento, às posições do Partido Socialista, que pelos vistos pouco lhe importa, porque tem passado tempo a falar para o lado.”-----

03.04 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2024, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 29 de novembro de 2023, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior e que, tal deliberação, seja comunicada à Autoridade Tributária até ao próximo dia 31 de dezembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 7 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2024 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO.-----
MAIS DELIBEROU QUE, A PRESENTE DELIBERAÇÃO SEJA COMUNICADA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA ATÉ AO PRÓXIMO DIA 31 DE DEZEMBRO.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"No mandato anterior, lançamos o repto ao Senhor Presidente da Câmara, para que fosse realizada uma reforma de todos os impostos, taxas e tarifas municipais, para que não se perdendo, globalmente, receita, houvesse uma mais justa repartição dos mesmos, tendo-se o Partido Socialista oferecido, para colaborar nos trabalhos, para a elaboração dessa reforma.

O PS, o tal que nunca propõe nada e está sempre contra.

A nossa proposta foi liminarmente rejeitada.

Já neste mandato, na Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2021, voltamos a lançar o repto ao Senhor Presidente da Câmara, tendo rejeitado igualmente, a nossa proposta.

Entende a maioria PSD, que nada necessita de ser alterado.

Passo a citar o Senhor Presidente da Câmara "A Câmara não pode prescindir de ficar com a percentagem máxima de IRS que a lei permite". Até porque quem paga IRS, disse já noutras ocasiões, ganha um ordenado que lhe confere o dever de pagar aquele imposto, porque é o imposto mais justo, porque a Câmara não aplica derrama.

O PS defende que toda ou parte da percentagem do IRS, que reverte para a Câmara, deve ser devolvida aos contribuintes, a título de exemplo, Ponte de Lima, não fica com 1 euro de IRS dos contribuintes, a Câmara de Esposende fica com 5%.

O IRS é um imposto universal, pago por todas as pessoas que auferem rendimentos, desde logo os trabalhadores.

O IMI é um imposto pago pelos proprietários.

Esposende aplica a taxa mínima de IMI, o que na nossa opinião é um erro. Na verdade, ao cobrar a taxa mínima de IMI, a Câmara está a favorecer a especulação imobiliária, a construção desenfreada de casas para segunda habitação, com consequências ambientais, aumento do custo dos terrenos, sobrecarga das infraestruturas e serviços, arruamentos, redes de água, iluminação pública, recolha de resíduos, etc.

Custos esses, suportados essencialmente pelos residentes, beneficiando apenas os proprietários de segunda habitação, os especuladores imobiliários e os prestadores de serviços que a Câmara precisa de contratar para pagar.

Já vimos que quem é cá residente até tem um benefício e, portanto, continuaria a ter, é os que são cá residentes, pagariam menos IMI, mesmo que a taxa fosse aumentada.

Ao não devolver parte ou toda a percentagem de valor pago pelos residentes em Esposende, a título de IRS, a Câmara está a retirar às famílias rendimento disponível.

Enquanto a derrama é um imposto a incidir sobre empresas que nunca foi cobrado em Esposende, nunca, no concelho de Esposende foi cobrado. Desde logo, devido ao baixo nível do nosso tecido empresarial, Esposende, infelizmente, nem é Famalicão, nem é a Maia.

E apesar de Famalicão e a Maia terem derrama, não faltam empresas a ir para lá e tomáramos nós que elas viessem para aqui.

Em 2022, ou este ano, a Câmara vai ficar com cerca de dois milhões de euros, não é certo, mas à volta de dois milhões de euros, só de IRS. Dinheiro esse, que podia e deveria ser restituído aos contribuintes de Esposende.

Não é assim, a forma justa de se governar.

Esta Câmara nunca beneficia os residentes, e está a obrigar os residentes a pagar as contas de quem aqui tem segunda habitação. Seja nas ruas que temos para limpar, que estão vazias durante o ano inteiro, nomeadamente nas freguesias do litoral, seja a rede de iluminação pública que está a alumiar ruas vazias, sem gente durante todo o ano, e quem paga isso são os contribuintes locais.

E, portanto, esta opção da Câmara de Esposende, de sobrecarregar quem cá está, para beneficiar a especulação imobiliária daqueles que vivem a construir e a revender casas para segunda habitação, nomeadamente aqueles que residem fora deste concelho e têm cá casa de segunda habitação, é uma opção errada, e é uma opção contrária ao interesse de Esposende.

E é por isso, que nós temos desenvolvido muito menos que os outros, e se crescemos mais em população que Viana, é porque estamos muito mais perto do Porto, do que Viana, e temos uma A28 e A11. Se não tivesse uma A28 e A11, com população de fora, que vai trabalhar todos os dias para fora, vem cá morar, mas trabalha fora, em Braga, no Porto e noutros sítios, Esposende, não tinha um aumento da população que teve.

E era isso que eu gostava que o Sr. Presidente estivesse atento, às posições do Partido Socialista, que pelos vistos pouco lhe importa, porque tem passado tempo a falar para o lado.”

Pela Deputada Independente, Anabela Solinho, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Voto contra, porque entendo que pelo menos 2,5% de IRS, deveriam ser dispensados aos munícipes, o que corresponderia a colocar mais de um milhão de euros na economia local.”—

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Eu inicio esta declaração falando um bocadinho do ponto anterior, atenção que eu não disse que quem vem de fora tem que pagar mais dinheiro de IMI, eu disse, quem tem segunda habitação.

Podem vir de fora, tendo habitação primária em Esposende, tem direito à taxa de IMI reduzida.

Neste ponto, na sua ortodoxia fiscal, a Câmara Municipal mantém a taxa máxima de participação no IRS, num ano marcado pela elevada inflação e aumento da carga fiscal.

O poder de compra das famílias esposendenses reduziu, tornando urgentes um sinal claro e concreto por parte do município, na mitigação deste esforço.

Ao mesmo tempo, concelhos vizinhos, Barcelos anuncia para 2023 a redução da taxa de 3,75 para 3,25. Também a capital de distrito, Braga, anuncia a redução da taxa para 3,25.

Póvoa de Varzim, anuncia uma taxa de 4.

Em resumo, nenhum dos municípios, ora vim a citar, todos liderados pelo PSD, aplica a taxa máxima como faz Esposende.

Por outras palavras, Braga, Póvoa e Barcelos devolvem o IRS, que é dos seus munícipes.

Queremos saber porquê que Esposende não devolve, sei qual é a sua resposta, mas voltamos então ao ponto anterior, quando dizemos que a perda da receita fiscal nesta vertente, poderia ser compensada, com uma taxa de IMI diferenciada, como referimos anteriormente.

Resta a esperança que com este mandato, ainda no adro, restarem mais dois orçamentos, para o Senhor Presidente Benjamim Pereira, poder demonstrar junto dos seus companheiros de Braga, Póvoa e Barcelos, que Esposende também consegue devolver IRS aos municípios.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Tendo em consideração que a proposta do executivo é igual à apresentada nos anos anteriores, Grupo político do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal sobre participação variável no IRS para o ano de 2024 porquanto:

Como é sabido, o IRS é considerado o imposto mais justo e que apenas tem impacto em cerca de metade da população. Ou seja, junto daqueles que mais ganham, deixando de fora as famílias de menor rendimento que estão isentas desse imposto. Nessa medida, reduzir a taxa de participação variável no IRS é o mesmo que tirar recursos ao município que de outro modo, poderia aplicar de forma justa e equitativa esses montantes arrecadados, redistribuindo esses valores sob a forma de apoios diretos, investimento no desenvolvimento do concelho e na melhoria dos serviços prestados aos municípios.

Por esse motivo, e a pelo facto de no município de Esposende não se aplicar taxa de derrama às empresas e não se aumentar o IMI há largos anos, permitindo assim poupanças aos municípios, entendemos que se trata de uma receita essencial para reinvestir diretamente em prol da população, pelo que defendemos a proposta apresentada pelo executivo, pois garante um uso ajustado e democrático dos montantes entregues em sede de IRS por aqueles que mais ganham, ajudando, assim, os mais desfavorecidos e os que menos rendimentos têm à sua disposição.

Pelo que votamos favoravelmente esta proposta.”-----

03.05 - ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL (CIM CÁVADO), NOS TERMOS DO Nº 2 ARTIGO 30º DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, ARTICULADO COM O ESTABELECIDO EM CADA UM DOS DIPLOMAS SETORIAIS E DA ALÍNEA CCC) DO Nº 1 DO ARTIGO 33º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 02 de novembro de 2023, foi presente na sessão, na sequência da concertação efetuada no âmbito do Conselho Intermunicipal da CIM na reunião de 06 de abril de 2021, e de forma a obter o necessário acordo prévio, nos termos do artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08 articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, a concordância do Município da aceitação por parte da CIM da transferência das competências operada pelos diplomas legais, melhor identificados na proposta. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----



Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A ACEITAÇÃO, POR PARTE DA CIM, DA TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS OPERADA PELOS SEGUINTE DIPLOMAS LEGAIS:

- A) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUB-REGIONAL CONSAGRADA PELO DECRETO-LEI Nº 99/2018, DE 28.11 (CFR. ARTIGO 4º);**
- B) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA CONSAGRADA PELO DECRETO-LEI Nº 101/2018, DE 29.11 (CFR. ARTIGO 9º);**
- C) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E DOS PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO CONSAGRADO PELO DECRETO-LEI Nº 102/2018, DE 29.11 (CFR. ARTIGO 4º);**
- D) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS CONSAGRADO PELO DECRETO-LEI Nº 103/2018, DE 29.11 (CFR. ARTIGO 5º);**
- E) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES E NO DOMÍNIO DO TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES CONSAGRADO PELO DECRETO-LEI Nº 58/2019, DE 30.04 (CFR. ARTIGO 8º).-----**

03.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de novembro de 2023, foi presente na sessão para aprovação, a Alteração do Regulamento Municipal do Programa Habita +, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE



ANABELA SOLINHO, E 5 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Pela Deputada Independente, Anabela Solinho, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Voto a favor, no entanto, entendo que o limite máximo das rendas deveria estar anexado ao IAS, ao Índice de Apoio Social, a fim de facilitar procedimentos futuros.”-----

03.07 - APROVAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. A) DO Nº 1 DO ARTIGO 33º CONJUGADO COM A AL. H) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DANDO ASSIM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 6º DO ANEXO AO D.L. Nº 109-E/2021 DE 9 DE DEZEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 04 de outubro de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----

03.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A TRANSFERIR PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ESPOSENDE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS QUE LHE TINHAM SIDO DELEGADAS NO ÂMBITO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO, NOS TERMOS DA AL. K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 06 de dezembro de 2023, foi presente na sessão, para aprovação, a proposta para autorização da atualização dos valores a transferir para as juntas de freguesia do concelho de Esposende relativas ao exercício das competências que lhes tinham sido delegadas no âmbito

dos acordos de execução. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES A TRANSFERIR PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE ESPOSENDE RELATIVAS AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS QUE LHEM TINHAM SIDO DELEGADAS NO ÂMBITO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO, NOS TERMOS INDICADOS NO MAPA ANEXO À PROPOSTA, QUE RESULTAM DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA INFLAÇÃO CALCULADO DESDE A CELEBRAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO EM VIGOR ATÉ À PRESENTE DATA.-----

MAIS DELIBEROU, QUE AQUELES VALORES SEJAM AINDA TRANSFERIDOS NO ANO EM CURSO, POIS QUE SE REPORTAM AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS JÁ REALIZADO NO ANO DE 2023, SENDO QUE, PARA OS ANOS SEGUINTE, E ATENTA A CADUCIDADE DAQUELES ACORDOS DE EXECUÇÃO, ESTA MATÉRIA SERÁ TRATADA NOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS QUE ESTÃO, NA PRESENTE DATA, A SER DISCUTIDOS COM AQUELAS FREGUESIAS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Nós abtemos e não votamos contra, dado o grau de satisfação dos Senhores Presidentes de Junta que estão aqui, que votaram todos a favor, e, portanto, não vamos ser mais papistas que o Papa.

Mas há uma coisa que nós discordamos profundamente, com o critério da atribuição de subsídios e de apoios às freguesias deste concelho por esta Câmara, e já agora, já que elogiou tanto o doutor Mário Constantino e a Câmara de Barcelos, deviam ligar mais ao que a Câmara de Barcelos faz, relativamente às Juntas de Freguesia, e fez o ano passado às freguesias do concelho de Barcelos.

Em Esposende, as freguesias são claramente o parente pobre do poder autárquico.

São vistas como uma coisa sucedânea, maltratadas, os Presidentes de Junta, na sua esmagadora maioria, são desconsiderados, não digo pessoalmente, mas digo em termos de real importância, porque não lhes ligam nenhum, e a prova que esta Câmara não lhes liga nenhum, é o ridículo desta proposta que hoje veio para ser votada."-----

03.09 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE



SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2024, COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA, I.P.R.L., BEM COMO AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de novembro de 2023, foi presente na sessão para deliberação, proposta para a celebração de Contrato-Programa para a prestação de serviços de execução de projetos educativos e culturais na área no Município de Esposende para o ano de 2024, entre o Município de Esposende e a Zendensino – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, bem como autorização da outorga do mesmo pelo Presidente da Câmara. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2024, ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.10 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2024, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de novembro de 2023, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato-Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, EM para o desenvolvimento dos projetos sociais e desportivos para o ano de 2024. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"As empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente quando foram criadas, foram com o objetivo de agilizar uma parte da área dos serviços municipais, e ao mesmo tempo de reduzir custos.

O que acontece, é que todos os objetivos iniciais, ou quase todos, foram deturpados, e hoje as empresas municipais, são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços.

Tudo isso e quem é, e se de quantidade, é interessante ou não.

Tudo isso é pago por todos nós, os contribuintes, os consumidores na fatura da água, e nos serviços que pagamos.

Por isso, se não fossem estes contratos a transferir por valores altos, ou se calhar acima daquilo que se conseguiria se fosse noutro tipo de contratação, para a Esposende Ambiente, a Esposende Ambiente teria sérios problemas financeiros, como já aqui referi ao longo dos anos, e já há muito tempo, eventualmente até, não estariam numa situação de falência.

Há muito tempo, que a Esposende Ambiente está a ser, e quando digo há muito tempo, estou a dizer antes ainda do mandato deste Presidente da Câmara, isto é antigo, não é uma questão recente. E, portanto, nós estamos a manter empresas municipais, que funcionam muito como agências de emprego do PSD, com o cartão laranja como elemento de admissão nas empresas, o chamado "job for the boys", existe aqui em Esposende, e existe com a tonalidade laranja.

Pelo preço que nós pagamos da água, devia ter uma torneira para sair laranja, tal a quantidade de laranja que é lá metida.

Por isso, nós somos contra e não podemos admitir e não podemos compactuar, e temos que denunciar este estado de situação no nosso concelho, que isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos."-----

03.11 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2024, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de novembro de 2023, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende para o ano de 2024. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedida.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“As empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente quando foram criadas, foram com o objetivo de agilizar uma parte da área dos serviços municipais, e ao mesmo tempo de reduzir custos.

O que acontece, é que todos os objetivos iniciais, ou quase todos, foram deturpados, e hoje as empresas municipais, são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços.

Tudo isso e quem é, e se de quantidade, é interessante ou não.

Tudo isso é pago por todos nós, os contribuintes, os consumidores na fatura da água, e nos serviços que pagamos.

Por isso, se não fossem estes contratos a transferir por valores altos, ou se calhar acima daquilo que se conseguiria se fosse noutro tipo de contratação, para a Esposende Ambiente, a Esposende Ambiente teria sérios problemas financeiros, como já aqui referi ao longo dos anos, e já há muito tempo, eventualmente até, não estariam numa situação de falência.

Há muito tempo, que a Esposende Ambiente está a ser, e quando digo há muito tempo, estou a dizer antes ainda do mandato deste Presidente da Câmara, isto é antigo, não é uma questão recente. E, portanto, nós estamos a manter empresas municipais, que funcionam muito como agências de emprego do PSD, com o cartão laranja como elemento de admissão nas empresas, o chamado “job for the boys”, existe aqui em Esposende, e existe com a tonalidade laranja.

Pelo preço que nós pagamos da água, devia ter uma torneira para sair laranjada, tal a quantidade de laranja que é lá metida.

Por isso, nós somos contra e não podemos admitir e não podemos compactuar, e temos que

denunciar este estado de situação no nosso concelho, que isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos.”-----

03.12 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2024, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de novembro de 2023, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAMB - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema águas pluviais na área no Município de Esposende para o ano de 2024. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedida.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“As empresas municipais Esposende 2000 e Esposende Ambiente quando foram criadas, foram com o objetivo de agilizar uma parte da área dos serviços municipais, e ao mesmo tempo de reduzir custos.

O que acontece, é que todos os objetivos iniciais, ou quase todos, foram deturpados, e hoje as empresas municipais, são uma espécie de agência política do PSD.

Desde as contratações do funcionário base, à cúpula das empresas, há uma característica comum, é o vínculo laranja de quem é contratado, de quem presta serviços.

Tudo isso e quem é, e se de quantidade, é interessante ou não.

Tudo isso é pago por todos nós, os contribuintes, os consumidores na fatura da água, e nos

serviços que pagamos.

Por isso, se não fossem estes contratos a transferir por valores altos, ou se calhar acima daquilo que se conseguiria se fosse noutro tipo de contratação, para a Esposende Ambiente, a Esposende Ambiente teria sérios problemas financeiros, como já aqui referi ao longo dos anos, e já há muito tempo, eventualmente até, não estariam numa situação de falência.

Há muito tempo, que a Esposende Ambiente está a ser, e quando digo há muito tempo, estou a dizer antes ainda do mandato deste Presidente da Câmara, isto é antigo, não é uma questão recente. E, portanto, nós estamos a manter empresas municipais, que funcionam muito como agências de emprego do PSD, com o cartão laranja como elemento de admissão nas empresas, o chamado "job for the boys", existe aqui em Esposende, e existe com a tonalidade laranja.

Pelo preço que nós pagamos da água, devia ter uma torneira para sair laranjada, tal a quantidade de laranja que é lá metida.

Por isso, nós somos contra e não podemos admitir e não podemos compactuar, e temos que denunciar este estado de situação no nosso concelho, que isto não é democracia, isto não é correto, isto não é gerir bem os dinheiros públicos."-----

03.13 - PARA CONHECIMENTO:

03.13.01 - APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

03.13.02 - PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

03.13.03 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M:

- INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024.-----

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2024.-----

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO – 3º TRIMESTRE 2023.-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Apoios às Juntas de Freguesia relativos ao último semestre de 2023, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2024 da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, bem como, Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2024 e Relatório de Execução – 3º trimestre 2023 da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente,

EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 40 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

